



A Situação
Demográfica
Recente em
Portugal

The Demographic
Changes in Portugal

Autoras:

Maria José Carrilho

Instituto Nacional de Estatística / Gabinete de Estudos

Email: mjose.carrilho@ine.pt

Lurdes Patrício

Instituto Nacional de Estatística / Departamento de Estatísticas Sociais

Email: lurdes.patricio@ine.pt

Resumo:

Durante os primeiros anos do século XXI, Portugal mantém-se um país com baixa fecundidade, com esperança de vida a aumentar, e com saldo migratório a diminuir. Regista, em 2007, um saldo natural negativo, situação que só tinha ocorrido em 1918, em consequência da gripe pneumónica. O ritmo de crescimento da população é muito fraco, permanecendo as correntes imigratórias a componente principal desse crescimento e o envelhecimento demográfico prossegue. A redução do número de casamentos, o forte acréscimo dos nascimentos com coabitação dos pais, dos divórcios e da idade média ao casamento evidenciam os novos modelos familiares no país.

Analisam-se, no presente artigo os comportamentos das variáveis demográficas responsáveis pelas mudanças observadas na estrutura da população e que determinaram o grau de envelhecimento da população e a dimensão que a mesma observa.

Palavras Chave: População, Fecundidade, Mortalidade, Esperança de vida, Migrações, Envelhecimento.

Abstract

At the beginning of the XXI century, Portugal remains a country with low fertility, increasing life expectancy and decreasing net migration. In 2007, the natural increase was negative, a situation that had been recorded in 1918, due to pneumonic flu. While the pace of population growth has slowed down, and immigration flows remain its important component, the population is ageing. The significant fall in the number of marriages, the increasing of average age at marriage, and the rise in both the number of wedlock births and the number of divorces, influence the new familiar models in Portugal.

This paper intends to study the patterns of demographic variables responsible for the major changes in both population size and age structure of the population and culminating in its significant ageing.

Key words: Population, fertility, mortality, expectancy of life, migrations, ageing.

Introdução

A *Situação Demográfica Recente em Portugal* que se apresenta dá continuidade à análise divulgada na Revista de Estudos Demográficos nº 42 e actualiza-a com as mudanças ocorridas em 2007, no campo da natalidade, mortalidade e das migrações, procurando evidenciar os aspectos mais relevantes. Em termos de tendências não se registam alterações significativas.

Escolheu-se como período central de análise os anos entre 1 de Janeiro de 2002 e 1 de Janeiro de 2008 de modo a avaliar as mudanças demográficas verificadas em Portugal, no início século XXI. As causas e os efeitos dos fenómenos demográficos revelam-se no longo prazo, o que determina, em alguns casos, que a análise das variáveis se estenda por um horizonte temporal mais vasto.

No presente artigo utilizam-se as estimativas definitivas intercensitárias para o período 1991-2000, as estimativas provisórias póscensitárias para os anos de 2001-2007 assentes nos resultados definitivos dos Recenseamentos Gerais da População de 1991 e 2001, ajustados com as taxas de cobertura medidas nos respectivos Inquéritos de Qualidade, as Projeções de População Residente 2000-2050, as Estatísticas Demográficas e da Saúde, informação toda produzida no INE. A análise desenvolve-se sobretudo com recurso à informação referente à geografia existente à data da realização dos Censos 2001 (NUTS II - Decreto Lei nº46/89) evidenciando-se, quando necessário, os valores registados à geografia de 2002 (NUTS II - Decreto Lei nº 244/2002). Os indicadores calculados com base nas duas geografias disponibilizam-se nos Quadros Anexos.

1. População

A dinâmica do crescimento da população residente em Portugal, nos primeiros anos do século XXI caracteriza-se pela redução do saldo natural, que se torna negativo em 2007, provocada, sobretudo, pela queda dos nascimentos com vida, por saldos migratórios positivos mas com tendência para baixar e pelo agravamento progressivo do envelhecimento demográfico isto é, pelo aumento da proporção da população idosa (65 ou mais anos) no total da população.

Em 31 de Dezembro de 2007, a população residente em Portugal foi estimada em 10 617, 6 milhares de indivíduos, dos quais 5 138,8 homens e 5 478,8 mulheres. Comparativamente ao ano anterior, a população residente aumentou 18, 5 milhares de indivíduos, ou seja 0,17%, confirmando-se a desaceleração do ritmo iniciada em 2003. O acréscimo é praticamente idêntico nos homens e nas mulheres.

Quadro 1

Evolução da Situação Demográfica em Portugal, 2001-2007							
Indicadores	Anos						
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
População Residente Média (milhares)	10 293,0	10 368,4	10 441,1	10 502,0	10 549,4	10 584,3	10 608,3
População Residente em 31.XII (milhares)	10 329,3	10 407,5	10 474,7	10 529,3	10 569,6	10 599,1	10 617,6
<i>Homens</i>	4 988,9	5 030,2	5 066,3	5 094,3	5 115,7	5 129,9	5 138,8
<i>Mulheres</i>	5 340,4	5 377,2	5 408,4	5 434,9	5 453,9	5 469,2	5 478,8
Relação de Masculinidade (%)	93,4	93,5	93,7	93,7	93,8	93,8	93,8
Saldo Natural	7 682	8 125	3 720	7 330	1 937	3 408	-1 020
Saldo Migratório	65 000	70 000	63 500	47 240	38 400	26 100	19 500
Variação Populacional	72 682	78 125	67 220	54 570	40 337	29 508	18 480
Taxa de Crescimento Natural (%)	0,07	0,08	0,04	0,07	0,02	0,03	-0,01
Taxa de Crescimento Migratório (%)	0,63	0,68	0,61	0,45	0,36	0,25	0,18
Taxa de Crescimento Efectivo (%)	0,71	0,75	0,64	0,52	0,38	0,28	0,17

Fonte: INE, I.P. Estimativas de População Residente aferidas com os resultados definitivos dos Censos 2001, tendo em conta os respectivos erros de cobertura.

A única causa do crescimento da população, encontra-se no saldo migratório positivo (0,18%), dado que o saldo natural foi negativo (-0,01%).

O número de nados vivos (-2,7%) e o de óbitos (1,5%) registam evoluções contrárias face a 2006, sendo o saldo natural negativo (-1 020) atribuído à baixa da fecundidade. Se a variação dos nados vivos ao longo do período analisado se inscreve nas oscilações normais anuais, quer no sentido positivo quer negativo que o acontecimento observa, a dos óbitos expressa, entre 2004 e 2006, flutuações superiores a 5% e de sentido contrário.

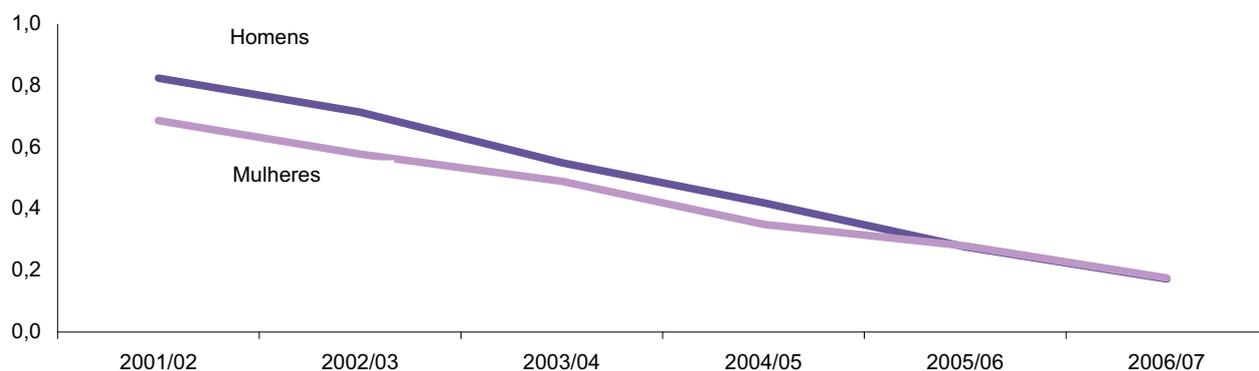
Estima-se que em 2007, o saldo migratório tenha atingido cerca de 19 500 (46 300 entradas e 26 800 saídas, contra 38 800 entradas e 12 700 saídas estimadas para 2006), valor inferior a metade do ano anterior, como consequência do ritmo mais forte do aumento dos fluxos de saída, comparativamente aos de entrada. Nos anos recentes, a imigração ganhou importância, em particular a com origem nos países da Europa de Leste, do Brasil, China e Cabo Verde.

O comportamento evolutivo das variáveis demográficas explica o acentuar do ritmo de crescimento da população residente em Portugal, sobretudo, a partir da segunda metade dos anos noventa no século XX, e o abrandar nos últimos cinco anos do período observado.

De 1 de Janeiro de 2002 a 31 de Dezembro de 2007 estima-se que a população tenha aumentado cerca de 270 mil pessoas evoluindo segundo uma taxa de 0,46%, média anual. O ritmo é ligeiramente mais acentuado nos homens (0,49%), correspondendo a maior diferença ao período mais intenso de entrada de imigrantes (2001-2003). O acréscimo populacional registado reparte-se entre 9% para o saldo natural e 91% para o migratório.

Figura 1

Taxas de crescimento da população residente (%), Portugal 2001- 2007



Fonte: INE, I.P. Estimativas Provisórias de População Residente (cálculo das autoras)

Nos sete primeiros anos deste século os diferentes comportamentos das variáveis demográficas permitem distinguir três fases no crescimento da população. A primeira, corresponde ao período 2001-2003, alia saldos naturais fracos com saldos migratórios tendencialmente crescentes que determinam uma taxa média anual de 0,7% ao ano. A segunda fase, coincide com o período de 2004-2006 durante a qual tanto o saldo natural como o migratório diminuem provocando a redução para metade da variação média anual. Finalmente, a terceira fase parece ter-se iniciado no ano 2007, quando se regista um saldo natural negativo, o primeiro desde a gripe pneumónica de 1918, e tanto os fluxos de entrada como os de saída são estimados com uma tendência em alta.

Tendo como comparação a Europa comunitária, Portugal revela uma evolução de sentido contrário e com um ritmo inferior ao da média estimada pelo Eurostat¹ (UE27= 0,48% em 2007 e 0,43% em 2006). A Irlanda detém a taxa de crescimento mais alta (2,5%), seguida Chipre (2,02%), da Espanha (1,80%), e do Luxemburgo (1,59%) enquanto a Bulgária (-0,53%), Lituânia (-0,55%) e a Letónia (-0,46%), registam as variações negativas mais acentuadas. As comparações internacionais devem, no entanto, ser cautelosas, pois o documento do Eurostat apresenta as primeiras estimativas para 2007, com carácter provisório.

Norte (35%) e Lisboa e Vale do Tejo (34%) são as regiões que mais contribuem para os efectivos populacionais do país. Mais de metade da população residente em Portugal concentrava-se, em 2007, nas NUTS Norte e Centro (52,2%). Se a estas duas NUTS se adicionar Lisboa e Vale do Tejo a concentração sobe para 86,5%.

Alentejo, Algarve e as Regiões Autónomas em conjunto não atingem o milhão e meio de habitantes. Contudo, apresentam evoluções opostas, pertencendo ao Algarve o mais forte acréscimo do período, quatro vezes superior à média do país (1,1%). Ao contrário, o Alentejo é a região do país que perde população, (-0,5%).

A nível regional os ritmos de variação da população diferem como consequência dos comportamentos das variáveis demográficas e provocam as conhecidas assimetrias entre o interior e o litoral do país.² À Região Autónoma dos Açores (0,25%) e a Lisboa e Vale do Tejo (0,13%) pertencem as taxas de crescimento natural mais elevadas. No caso da NUTS do Continente o efeito conjugado de taxas migratórias positivas justifica o acréscimo populacional evidenciado. As Regiões Autónomas compensam a baixa gradual dos saldos naturais com a alteração de sentido dos movimentos migratórios ocorridos no início deste século. Em contraste, é no Alentejo e no Centro que se localizam as taxas de crescimento natural negativas (-0,64% e -0,32%, respectivamente). Para o Algarve estima-se a taxa migratória mais forte do país embora menos intenso do que no início do período em análise (2,05% em 2001 e 1,09% em 2007).

A análise a um nível geográfico mais fino, denota que saldos naturais fortemente negativos associados a saldos migratórios igualmente negativos originaram grandes perdas populacionais no período em análise, em particular nas regiões do interior. Em algumas zonas o ritmo de diminuição da população desacelerou nos anos mais recentes devido aos fluxos imigratórios.

¹ Eurostat (2008) - Statistics in Focus, Population and Social conditions, 81/2008

² Sobre esta temática consultar INE (2008) "Estimativas Provisórias de População Residente, 2007, Portugal, NUTS II, NUTS III e Municípios", Lisboa, Setembro 2008.

2. Natalidade e Fecundidade

Em 2007, o número de nados vivos de mães residentes em Portugal foi de 102 492, menos cerca de 3 000 nascimentos face ao ano anterior. A variável confirmou a tendência em baixa iniciada em 2004

Quadro 2

Indicadores sobre a Natalidade, Portugal, 2001-2007							
Indicadores	Anos						
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Nados vivos	112 774	114 383	112 515	109 298	109 399	105 449	102 492
<i>Homens</i>	58 365	59 303	58 210	56 212	56 612	54 057	52 683
<i>Mulheres</i>	54 409	55 080	54 305	53 086	52 787	51 392	49 809
Relação de masculinidade à nascença (%)	107,3	107,7	107,2	105,9	107,2	105,2	105,8
Nados vivos fora do casamento	26 814	29 117	30 236	31 766	33 633	33 331	34 443
Nados Vivos fora do casamento (%)	23,8	25,5	26,9	29,1	30,7	31,6	33,6
Nados Vivos fora do casamento com coabitação	20 062	23 308	24 219	25 408	27 093	26 679	27 685
Nados Vivos fora do casamento com coabitação (%)	74,8	80,0	80,1	80,0	80,6	80,0	80,4
Nados Vivos fora do casamento sem coabitação	6 752	5 809	6 017	6 358	6 540	6 652	6 758
Nados Vivos fora do casamento sem coabitação(%)	25,2	20,0	19,9	20,0	19,4	20,0	19,6
Taxa Bruta de Natalidade (‰)	11,0	11,0	10,8	10,4	10,4	10,0	9,7
Índice Sintético de Fecundidade (nº médio de crianças por mulher)	1,46	1,47	1,44	1,40	1,41	1,36	1,33
Idade média da mulher ao nascimento do 1º filho (anos)	26,8	27,0	27,4	27,5	27,8	28,1	28,2
Idade média ao nascimento de um filho (anos)	28,8	29,0	29,2	29,4	29,6	29,9	30,0
Taxa de Reprodução Bruta	0,712	0,719	0,705	0,685	0,687	0,664	0,651
Taxa de Reprodução Líquida	0,697	0,704	0,695	0,676	0,680	0,658	0,645

Fonte: INE, I.P. Estatísticas Demográficas e Estimativas Provisórias de População Residente 2001-2007

A taxa bruta de natalidade, após um período estável nos primeiros três anos do corrente século próximo dos 11 nascimentos com vida por mil habitantes, recuou para 9,6‰ em 2007, nível bem inferior ao estimado pelo Eurostat³ para o conjunto dos países membros (UE27 = 10,6‰). De acordo com os valores provisórios para 2007 daquele organismo o indicador varia entre os 8 e os 16‰ continuando o nível mais elevado a pertencer à Irlanda (16,2‰), seguido da França (12,8‰), do Reino Unido (12,6‰), da Suécia e da Dinamarca (11,7‰).

³ Eurostat (2008- Statistics in Focus, Population and social conditions, 81/2008)

O valor mais baixo localiza-se na Alemanha com 8,2 nados vivos por mil habitantes acompanhada, embora a uma certa distância, da Áustria com 9,2‰). A taxa bruta de natalidade de Portugal segue a evolução contrária observada nos últimos anos em alguns países com níveis de natalidade fracos. Se o valor registado pela Irlanda não surpreende, pois só muito recentemente deixou de assegurar as gerações deve salientar-se que a França e a Suécia, que detinham taxas com níveis muito fracos, confirmam, respectivamente a segunda e a terceira posição no valor do indicador. Por outro lado, muitos dos novos países aderentes surgem com taxas inferiores à média comunitária. Contudo, deve-se ter presente que a análise assenta em taxas brutas que não têm em conta o efeito da estrutura etária das populações em confronto.

Os nados vivos de mães com nacionalidade estrangeira e residência em Portugal duplicaram a sua proporção no total nos nascimentos com vida entre 2001 e 2007, ano a que ascenderam a 9,7% do total. Para este acréscimo contribuíram as mães de nacionalidade brasileira, a qual se tornou, recentemente, a mais representativa (3,3% em 2007), assumindo o lugar das mães nacionais dos países africanos de língua portuguesa (PALP).

De ressaltar a tendência em alta dos nascimentos de filhos de mães nacionais da Ucrânia, Roménia e da Moldávia que em conjunto, passaram de 0,3 % em 2001 para 2,2% em 2007 do total de nascimentos de mães estrangeiras residentes em Portugal.

A variável *nacionalidade* passou a ser inquirida em 1995 mas o período, embora curto, permite concluir que o ritmo de crescimento dos nados vivos cuja mãe tem a nacionalidade estrangeira marca a variação anual recente dos nascimentos com vida em Portugal. O ritmo de crescimento dos nados vivos cuja mãe tem a nacionalidade estrangeira marca a variação anual recente dos nascimentos com vida em Portugal.

A variação negativa da natalidade ocorrida no período entre 2001 e 2007 (10 282) é, assim, explicada exclusivamente pela diminuição dos nascimentos de mães portuguesas.

Quadro 3

Nados vivos de mães residentes em Portugal, por nacionalidade, 2001-2007

Continentes / País de Nacionalidade	2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007	
	nº	%												
Total de Nados Vivos	112 774	100,00	114 383	100,00	112 515	100,00	109 298	100,00	109 399	100,00	105 449	100,00	102 492	100,00
Europa	107 934	95,71	108 622	94,96	106 816	94,93	103 272	94,49	102 924	94,08	98 560	93,47	95 304	92,99
Portugal	106 869	94,76	106 683	93,27	104 484	92,86	100 851	92,27	100 304	91,69	95 903	90,95	92 603	90,35
Alemanha	101	0,09	80	0,07	110	0,10	110	0,10	95	0,09	95	0,09	73	0,07
Bélgica	14	0,01	21	0,02	17	0,02	18	0,02	20	0,02	22	0,02	13	0,01
Espanha	99	0,09	132	0,12	147	0,13	117	0,11	157	0,14	148	0,14	151	0,15
França	280	0,25	340	0,30	330	0,29	298	0,27	282	0,26	200	0,19	86	0,08
Itália	24	0,02	25	0,02	31	0,03	25	0,02	36	0,03	31	0,03	34	0,03
Países Baixos	44	0,04	44	0,04	44	0,04	52	0,05	28	0,03	42	0,04	31	0,03
Reino Unido	95	0,08	70	0,06	108	0,10	102	0,09	119	0,11	127	0,12	128	0,12
Moldavia	63	0,06	175	0,15	223	0,20	236	0,22	300	0,27	327	0,31	399	0,39
Roménia	83	0,07	276	0,24	384	0,34	485	0,44	566	0,52	650	0,62	697	0,68
Ucrânia	120	0,11	481	0,42	590	0,52	663	0,61	657	0,60	674	0,64	710	0,69
Rússia	46	0,04	101	0,09	131	0,12	139	0,13	129	0,12	110	0,10	127	0,12
Outros países Europa	96	0,09	194	0,17	217	0,19	176	0,16	231	0,21	231	0,22	252	0,25
África	3 649	3,24	3 873	3,39	3 469	3,08	3 391	3,10	3 352	3,06	3 157	2,99	3 037	2,96
Angola	1 396	1,24	1 496	1,31	1 277	1,13	1 205	1,10	1 206	1,10	953	0,90	882	0,86
Cabo Verde	1 136	1,01	1 260	1,10	1 119	0,99	1 092	1,00	1 076	0,98	1 117	1,06	1 044	1,02
Guiné Bissau	495	0,44	490	0,43	483	0,43	492	0,45	478	0,44	278	0,26	201	0,20
Moçambique	218	0,19	185	0,16	163	0,14	146	0,13	141	0,13	111	0,11	90	0,09
S. Tomé e Príncipe	278	0,25	306	0,27	279	0,25	285	0,26	285	0,26	302	0,29	317	0,31
<i>Total dos PALP</i>	<i>3 523</i>	<i>3,12</i>	<i>3 737</i>	<i>3,27</i>	<i>3 321</i>	<i>2,95</i>	<i>3 220</i>	<i>2,95</i>	<i>3 186</i>	<i>2,91</i>	<i>2 761</i>	<i>2,62</i>	<i>2 534</i>	<i>2,47</i>
Outros Países África	126	0,11	136	0,12	148	0,13	171	0,16	166	0,15	396	0,38	503	0,49
América	920	0,82	1 567	1,37	1 856	1,65	2 178	1,99	2 599	2,38	3 166	3,00	3 546	3,46
Brasil	711	0,63	1 309	1,14	1 568	1,39	1 909	1,75	2 362	2,16	2 958	2,81	3 355	3,27
Outros Países América	209	0,19	258	0,23	288	0,26	269	0,25	237	0,22	208	0,20	191	0,19
Ásia e Oceânia	265	0,23	310	0,27	372	0,33	444	0,41	519	0,47	517	0,49	603	0,59
China	160	0,14	212	0,19	257	0,23	292	0,27	357	0,33	330	0,31	336	0,33
Outros Países Ásia e Oceania	105	0,09	98	0,09	115	0,10	152	0,14	162	0,15	187	0,18	267	0,26
Apátridas e Desconhecida	6	0,01	11	0,01	2	0,00	11	0,01	5	0,00	4	0,00	2	0,00
Total de nados vivos de mães estrangeiras	5 899	5,24	7 689	6,72	8 029	7,14	8 436	7,72	9 090	8,31	9 542	9,05	9 887	9,65

Fonte: INE I.P. Estatísticas Demográficas 2001-2007, cálculo das autoras

Em Portugal é nas Regiões Autónomas da Madeira (11,0‰) e dos Açores (11,7‰) que o indicador regista, em 2007 os valores mais elevados. Em oposição, é a região do Alentejo que detém a taxa mais baixa (7,8‰) no caso das NUTS antigas. Se considerarmos as NUTS Novas o Alentejo continua a ser a região com a mais baixa taxa de natalidade do país (8,2‰) apesar de incluir a Região de Lezíria do Tejo. O Centro sobe ligeiramente para 8,4‰, pois ficou com mais 2 regiões o Oeste e o Médio Tejo em que a taxa é mais elevada e a região de Lisboa também sobe para 11,3‰.

O declínio da fecundidade deve ser avaliado quer pelo número anual dos nascimentos, com efeitos directos na dimensão da população, quer pela ordem de nascimento que permite estudar a concentração dos nascimentos, quer pelo indicador sintético de fecundidade que evidencia as modificações na dimensão da família e o grau de substituição das gerações.

Desde há mais de vinte anos que o nível de fecundidade em Portugal permanece continuamente inferior ao nível de substituição de gerações (2,1 crianças por mulher). Esta situação ocorreu cerca de cinco anos mais tarde do que a Itália embora nunca tenha alcançado níveis tão baixos como neste país.

A fecundidade em Portugal é caracterizada pelo seu envelhecimento, com a maior frequência da natalidade a passar do grupo etário dos 20-24 anos para o grupo dos 25-29 anos e o incremento dos nascimentos entre as mães com idades superiores a trinta anos.

Em 2001, a taxa de fecundidade no grupo etário dos 20-24 anos era de 56,7‰ e no final do período em análise, ou seja em 2007, situava-se em 44,1‰; enquanto o grupo etário dos 30-34 anos reforçou a posição aumentando de 80,9‰ para 82,8‰, embora este valor seja inferior ao observado em 2006, registando deste modo, uma diminuição de valor em dois anos consecutivos.

A análise do fenómeno segundo a ordem dos nascimentos evidencia um comportamento semelhante, com os nascimentos nas idades mais avançadas a ganharem importância. De notar que no período analisado são os primeiros nascimentos, que determinam o calendário actual da fecundidade em Portugal. A taxa de fecundidade de segunda ordem não cessa de aumentar depois dos 35 anos, reforçando o seu contributo para o padrão da fecundidade nos últimos anos (18‰, nos 35-39 anos, em 2007, face a 15,5 ‰ em 2001).

Quadro 4

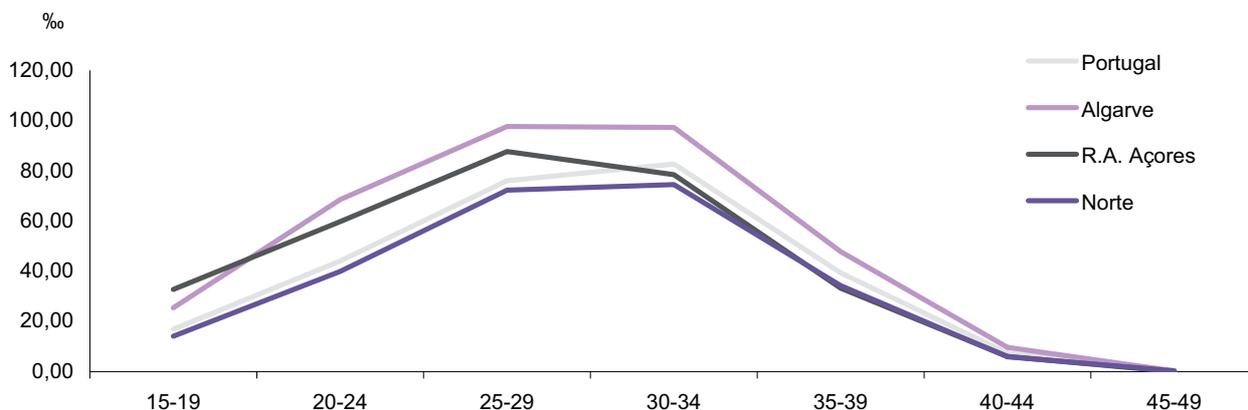
Taxas de Fecundidade Segundo a Ordem de Nascimento (‰), Portugal, 2001-2007							
Idades	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Geral							
20-24	56,7	54,6	51,2	48,2	47,6	45,5	44,1
25-29	92,7	93,1	89,7	85,3	84,3	79,6	76,1
30-34	80,9	83,4	84,6	83,6	85,3	83,8	82,8
35-39	33,8	35,1	35,7	36,1	37,6	38,4	39,4
40-44	6,6	6,8	7,1	7,3	7,4	7,7	7,4
1ª ordem							
20-24	41,9	40,9	37,7	35,5	34,8	33,3	32,0
25-29	56,0	58,0	56,4	53,3	53,2	50,8	48,6
30-34	30,1	33,1	35,5	35,3	37,2	37,5	37,6
35-39	8,0	8,7	9,3	9,2	9,9	10,6	11,0
40-44	1,5	1,5	1,7	1,7	1,8	1,8	1,8
2ª ordem							
20-24	12,0	11,3	10,9	10,3	10,5	10,0	9,8
25-29	29,4	28,0	26,6	25,3	24,6	23,0	21,8
30-34	38,3	38,2	37,7	37,2	37,8	36,4	35,6
35-39	15,5	16,0	16,2	16,5	17,5	18,2	18,9
40-44	2,1	2,3	2,2	2,4	2,5	2,6	2,7

Fonte: INE I.P. Estatísticas Demográficas 2001-2007

Todas as regiões do país apresentam a mesma tendência para adiar a fecundidade. Desde 1994 que a Região Autónoma dos Açores possui a taxa de fecundidade mais elevada nas adolescentes (15-19 anos), atingindo em 2007, 32,8‰, enquanto as mais baixas se conservam no Centro (12,4‰) e no Norte (14,7‰). Lisboa e Vale do Tejo melhorou a taxa de fecundidade entre as adolescentes, de (23,4‰ em 2000 para 19,0‰ em 2006). Ao Algarve pertencem as maiores frequências de nascimentos nas camadas etárias entre os 20-29 anos, situação que reflecte o desfasamento temporal do calendário em relação às outras regiões. Em 2007, nenhuma região detém uma taxa superior a 100 nados por mil mulheres em idade fértil com idades iguais a 25 anos e inferiores a trinta anos.

Figura 2

Diversidade regional nas Taxas de Fecundidade por idades, 2007



Fonte: INE, I.P. Estatísticas Demográficas e Estimativas Provisórias de População Residente 2001-2007 (elaboração das autoras)

O índice sintético de fecundidade (ISF) que expressa o número de crianças por mulher tem descido embora não continuamente, para atingir o nível de 1,33 em 2007 (1,36 em 2006 e 1,46 em 2001).

O indicador é inferior ao estimado para a EU referente a 2005⁴ (EU 27=1,51 crianças por mulher). De referir que o espaço comunitário registou novamente um ténue acréscimo do indicador, comparativamente ao ano anterior para o qual contribuíram, em particular a França (1,92) que passou a deter o primeiro lugar, a Irlanda (1,88), o Reino Unido, a Finlândia e a Suécia, ambos com 1,80 com 1,77 crianças por mulher. e os mais baixos na Eslovénia 1,22 crianças por mulher, nível muito próximo dos observados na Polónia e na República Checa (1,22). Os níveis de fecundidade alcançados na Europa são tão fracos que a hierarquização dos países se procede na ordem das centésimas.

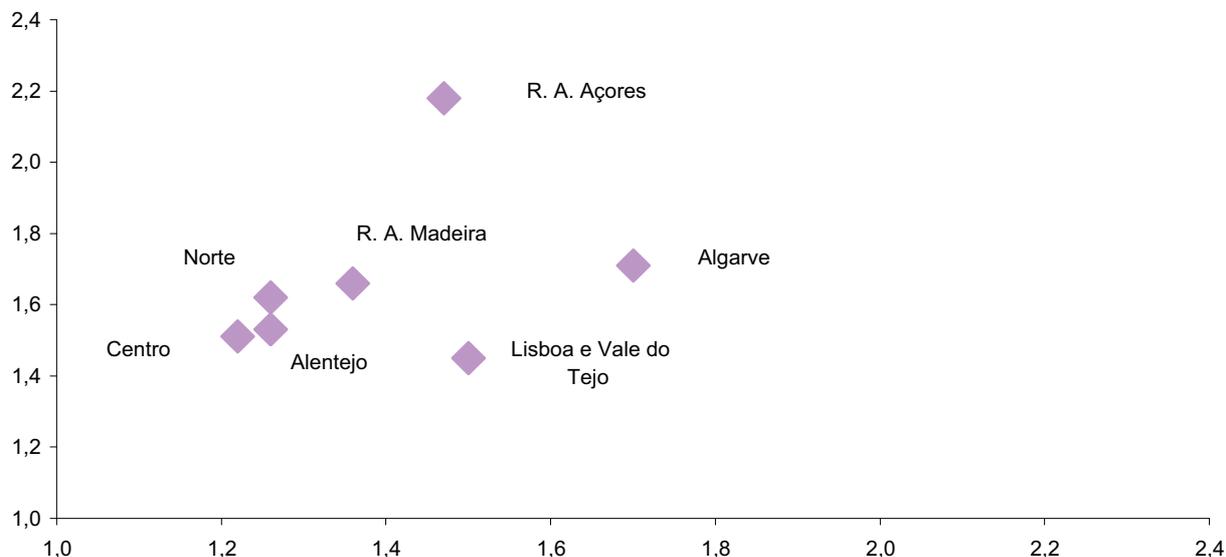
Em 2007, as regiões que apresentam o mais baixo índice sintético de fecundidade são o Centro, o Norte e Alentejo todas com 1,2 crianças por mulher e os mais elevados mantêm-se na e no Algarve com 1,7 crianças por mulher seguidos por Lisboa e Vale do Tejo e pela Região Autónoma dos Açores, ambos com 1,5 crianças por mulher.

A diversidade de níveis de fecundidade e os diferentes ritmos de evolução do fenómeno da fecundidade das regiões portuguesas está bem expresso no comportamento do Norte e da Região Autónoma dos Açores. Esta última manteve-se como a região de fecundidade mais elevada durante a última década do século XX, estimando-se que só em 1994, o valor do índice se tenha tornado inferior ao nível de substituição das gerações, isto é, doze anos mais tarde do que o ocorrido no país. É, no entanto, a região em que a fecundidade mais recuou entre 1991-2007 (31,7%), confirmando que o comportamento do fenómeno é semelhante, mas desfasado no tempo e que quanto mais tarde se regista a diminuição, maior é o ritmo a que a mesma se processa. O Norte, em 1991, com um índice sintético de fecundidade igual a 1,62 crianças por mulher, nível superior ao da média nacional, reduziu o nível em 25,3%, entre aquele ano e 2007, registando uma intensidade de decréscimo mais forte, no período de 2002-2007 (16%) do que dos Açores.

⁴ Eurostat (2007) – News Release, 8th March: International Women's Day: A Statistical illustration of the situation of women and men in the EU 27, 32/2007

Figura 3

Índice Sintético de Fecundidade (nº crianças por mulher) NUTS II, 1991 e 2007



Fonte: INE, I.P. Estatísticas Demográficas e Estimativas Provisórias de População Residente 2001-2007 (elaboração das autoras)

As taxas de reprodução bruta e líquida traduzem bem a evolução do índice sintético de fecundidade. De facto em 1981 a taxa líquida de reprodução era ligeiramente superior à unidade, o que significa que a substituição de cada geração estava assegurada ou seja, cada mãe tinha em média uma filha para a substituir. Nos anos noventa do século passado essa substituição não era garantida e cada mãe tinha ao longo do período fecundo, em média 0,7 crianças do sexo feminino, situação que se prolongou no início do século XXI. Acompanhando o andamento do índice sintético de fecundidade, o número de filhas revela-se, desde há mais de vinte anos, insuficiente para substituir as gerações de mulheres.

A evolução da idade média ao nascimento de um filho confirma o adiar do nascimento. Numa primeira fase da baixa de natalidade, que corresponde aos anos sessenta e setenta, a idade média à maternidade seguiu a mesma tendência decrescente. O sentido inverte-se, quando a substituição das gerações deixa de ser assegurada, e que se localiza no início dos anos oitenta do século XX. Desde então que a idade média ao nascimento do primeiro filho ou de um filho, independentemente da ordem que ocupa na hierarquia dos nascimentos com vida não cessa de elevar-se.

Nos primeiros sete anos do presente século as mulheres retardaram a idade média à primeira maternidade em 1,4 anos e tiveram, em 2007, o primeiro filho com a idade de 28,2 anos em média.

É na Região Autónoma dos Açores que as mulheres são mães pela primeira vez mais cedo, sendo a idade média ao nascimento do primeiro filho de 25,9 anos, e é na Região de Lisboa e Vale do Tejo que a idade média ao nascimento do primeiro filho é mais tardia, aos 28,7 anos.

Ao analisarmos o Quadro das idades médias ao 1º nascimento e ao nascimento de um filho por NUTS de 1989 e as NUTS de 2002, constata-se que a Região de Lisboa e a do Alentejo retardam o 1º nascimento em 0,2 anos, situando-se em 28,8 anos e em 27,9 anos, respectivamente, no ano de 2007.

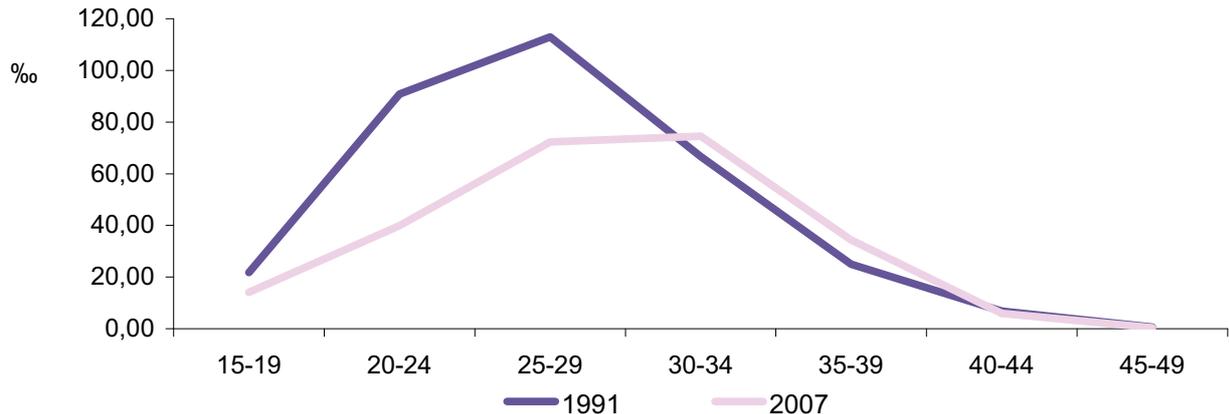
No presente, em Portugal, mais de 3 nados vivos em cada 10 ocorrem fora do casamento. O significativo acréscimo dos nados vivos fora do casamento de 23,8% em 2001 para 33,6% em 2007 é outra característica a ressaltar na evolução da fecundidade e permitiu que a proporção se aproximasse da observada na UE (33,0% em 2005). Dentro dos países com informação disponível para 2007 a Grécia ocupa a posição mais fraca (5,0%), seguida do Chipre e a Suécia confirma a mais elevada (55,7%). Pode afirmar-se, apesar de ligeiras oscilações, que quase todos os países evidenciam uma tendência em alta. Em Portugal, o aumento dos nascimentos fora do casamento, traduzido numa taxa de variação, no período em análise, de 28,5%, associado com a diminuição do número de casamentos celebrados indicia outras formas de conjugalidade. No mesmo sentido, a subida da importância relativa dos nascimentos fora do casamento com coabitação dos pais confirma a opção dos casais por esta forma de vivência em comum.

Os nascidos vivos fora do casamento têm uma tendência oposta à do total dos nascimentos.

É sobretudo na região do Algarve (49,0%) e de Lisboa e Vale do Tejo (42,7%) que se encontram as maiores proporções de nascimentos fora do casamento; em oposição, as percentagens mais baixas situam-se no Norte (23,7%) e na Região Autónoma dos Açores (24,6%). Estas posições mantêm-se ao longo do período em análise, podendo avançar-se que é nas regiões de alta natalidade que o peso dos nascidos vivos fora do casamento é menor.

Figura 4

Padrão das Taxas de Fecundidade por idades na NUTS II Norte, 1991 e 2007

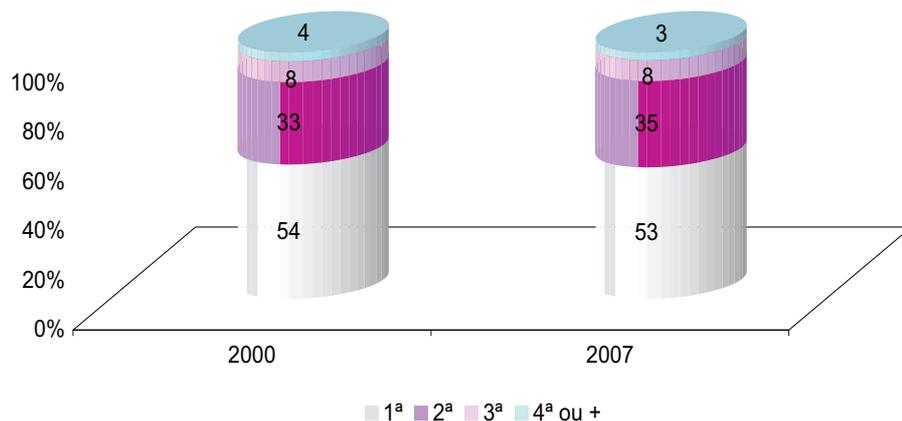


Fonte: INE, I.P. Estatísticas Demográficas e Estimativas Definitivas de População Residente 1991 e Provisórias 2007 (elaboração das autoras)

Desde 1988 que metade dos nascimentos com vida se reporta ao primeiro filho, importância relativa que se reforçou e atingiu 53,6% em 2006, contra 53,6% em 2006. A parte dos nascimentos de segunda ordem acompanha o comportamento da fecundidade, diminuindo quando esta começa a ser insuficiente para assegurar a substituição das gerações. Apesar de algumas oscilações, nota-se uma ligeira tendência em alta dos nascimentos de segunda ordem no período em análise (35,0% em 2007 contra 34,6% em 2006 e 34,2% em 2002), reflectindo o andamento da curva de fecundidade nos últimos anos. Desde o final dos anos oitenta que a importância relativa dos nascimentos de terceira ordem representa menos de 10% do total dos nascimentos com vida, não cessa de recuar para se situar em 8,4% nos dois últimos anos analisados. Os nascimentos de ordem igual ou superior a quatro assumem, nos anos mais recentes, valores muito pouco expressivos que se aproximam dos 3%.

Figura 5

Nados Vivos por Ordem de Nascimento (%), Portugal, 2000 e 2007



3. Nupcialidade e divorcialidade

Em 2007, celebraram-se 46 329 casamentos confirmando-se a redução observada no ano anterior e a taxa bruta de nupcialidade desceu para 4,4‰ (5,7 ‰ em 2001).

Quadro 5

Indicadores sobre a Conjugalidade e Divorcialidade, Portugal, 2001-2007							
Indicadores	Anos						
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Casamentos	58 390	56 467	53 735	49 178	48 671	47 857	46 329
Taxa Bruta de Nupcialidade (‰)	5,7	5,4	5,1	4,7	4,6	4,5	4,4
Idade média ao 1º casamento (anos)							
Homens	27,8	28,0	28,4	28,6	28,9	29,1	29,4
Mulheres	26,1	26,4	26,8	27,0	27,3	27,5	27,8
Idade média ao casamento (anos)							
Homens	29,8	30,0	30,5	30,9	31,3	31,7	32,2
Mulheres	27,4	27,6	28,2	28,5	28,9	29,2	29,7
Indicador conjuntural dos 1ºs casamentos							
Homens	0,65	0,64	0,63	0,53	0,52	0,51	0,49
Mulheres	0,69	0,67	0,67	0,57	0,56	0,55	0,53
Divórcios	18 851	27 708	22 818	23 614	22 576	22 881	24 968
Taxa Bruta de Divorcialidade (‰)	1,8	2,7	2,2	2,2	2,1	2,2	2,4
Idade média ao Divórcio (anos)							
Homens	40,8	40,3	40,5	43,0	41,0	41,4	41,6
Mulheres	38,2	37,8	39,3	40,4	38,6	39,1	39,3
Divórcios/Casamento (%)	32,3	49,1	42,1	48,0	46,4	47,8	53,9
Taxa Bruta de Viuvez (‰)							
Homens	2,7	2,7	2,7	2,5	2,6	2,5	2,6
Mulheres	6,2	6,2	6,2	5,9	6,1	5,9	6,0

Fonte: INE, I.P. Estatísticas Demográficas e Estimativas Provisórias de População Residente 2001-2007

Importa referir que Portugal observa uma taxa de nupcialidade próxima da UE cuja média foi estimada em 4,8‰ em 2005⁵. O valor mais elevado é pertença do Chipre (7,8‰) e o mais baixo, da Eslovénia (2,9‰). A Suécia regista dos níveis mais fracos (4,9‰), como seria de esperar tendo em conta a elevada proporção de nascimentos fora do casamento. O facto da Dinamarca associar o nível de nupcialidade mais forte com uma percentagem de nados vivos fora do casamento próxima de 45%, nível bastante acima da média comunitária, parece indiciar a formalização da vivência em comum.

⁵ Eurostat (2005) - Statistics in Focus, Population and Social Conditions, 15/2005

Quadro 6

Casamentos segundo o estado civil anterior (%) Portugal, 2001-2007							
Indicadores	Anos						
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Casamentos de mulheres solteiras	91,46	91,89	90,15	89,19	88,40	87,34	85,70
Casamentos de homens solteiros	89,09	89,16	87,73	86,90	86,02	84,71	83,00
Casamentos de mulheres viúvas	1,04	0,82	0,93	0,97	0,92	0,95	1,02
Casamentos de homens viúvos	1,66	1,38	1,42	1,45	1,48	1,41	1,38
Casamentos de mulheres divorciadas	7,49	7,28	8,92	9,84	10,69	11,71	13,28
Casamentos de homens divorciados	9,25	9,46	10,85	11,65	12,49	13,88	15,63

Fonte: INE I.P. Estatísticas Demográficas 2001-2007

A proporção de casamentos de solteiros no total de casamentos diminuiu, tanto para homens como para mulheres. Reforçando a emergência de novos modelos familiares, nomeadamente a reconstituição de famílias, a importância relativa dos casamentos de divorciados continuou a crescer, representando, no final do período em análise, 13,3% entre as mulheres e 15,6% entre os homens. O recasamento de viúvos permanece mais frequente entre os homens (1,4%), com tendência para subir, à semelhança do que ocorre com as mulheres, facto que pode indiciar uma opção de viver em coabitação.

O indicador de primo nupcialidade inverteu o sentido a partir de 1999, tendo apenas 53% das mulheres celebrado o primeiro casamento até aos 50 anos em 2007, valor que baixa para 49% nos homens.

Em Portugal os jovens têm vindo adiar o casamento. Em 2001, os homens celebraram o primeiro casamento em média, com 27,8 anos, idade que se elevou para os 29,4 anos em 2007. Nas mulheres o adiamento é ligeiramente mais forte, com a idade a aumentar dos 25,7 para os 27,8 anos no mesmo período. A idade média ao casamento revela um comportamento semelhante.

Observa-se uma heterogeneidade na distribuição regional das idades médias ao primeiro casamento. É no Algarve, Alentejo e em Lisboa e Vale do Tejo que tanto os homens como as mulheres casam pela primeira vez mais tarde, com idades superiores a 30 anos (cerca de 31 em 2007, no caso dos homens e cerca de 29 anos no caso das mulheres). Ao contrário, é na Região Autónoma dos Açores que os primeiros casamentos ocorrem mais cedo (27,0 anos para os homens e 25,0 para as mulheres em 2007).

Os casamentos tornaram-se menos estáveis, situação bem evidenciada pelo acréscimo contínuo do número de divórcios, sobretudo no início do século XXI e pelo quociente entre o número de divórcios e o de casamentos. O forte aumento observado em 2002 pode reportar-se à mudança recente da legislação que facilita a obtenção da dissolução do casamento junto das conservatórias do registo civil. Em 2003, a variável retoma a tendência anterior, situando-se, em 2007, a taxa bruta de divorcialidade em 2,4 divórcios por mil habitantes, valor que tende a convergir com a taxa bruta de nupcialidade.

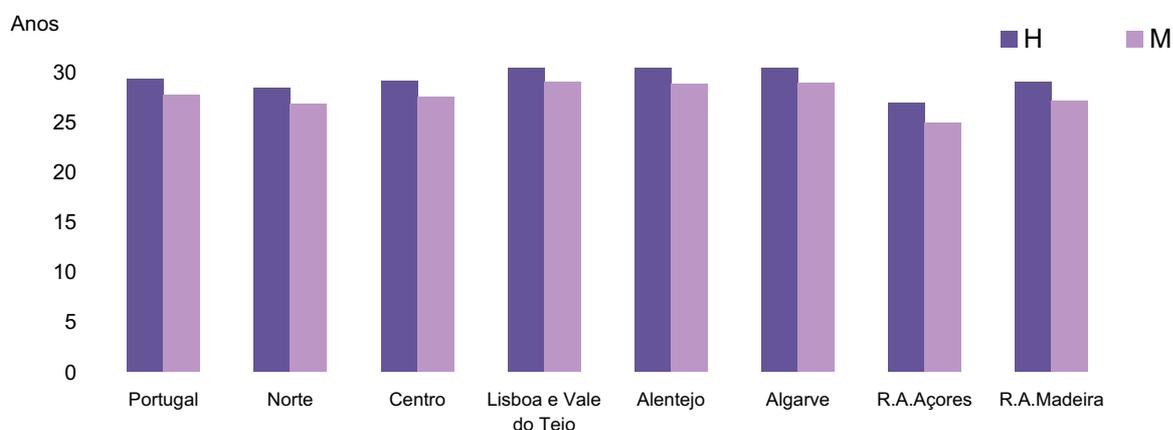
Portugal, tal como Espanha, regista uma taxa de divórcios que se insere na média comunitária do conjunto dos 25 países, (estimada para 2005 em 2,0 %) quase multiplicando por três as observadas na Irlanda e na Itália e duplicando a verificada na Grécia. A República Checa, Estónia e Lituânia com níveis iguais ou superiores a 3 % possuem as taxas mais elevadas.

A idade média ao divórcio tem vindo a aumentar ao longo do período em análise, rondando, em 2007, último ano disponível, os 41,6 anos para os homens e os 39,3 para as mulheres, reflectindo a diferença de idades ao casamento. Esta análise, à semelhança do ocorrido com o casamento, deve ter em conta o número de divórcios.

O ratio entre divórcios e casamentos não cessa de aumentar. Enquanto em 2001 por cada 100 casamentos celebrados havia 32 divórcios decretados e, em 2007, a relação ascende a 54.

Figura 6

Idade média ao primeiro casamento (anos), NUTS II, 2007



Fonte: INE, I.P. Estatísticas Demográficas, 2007

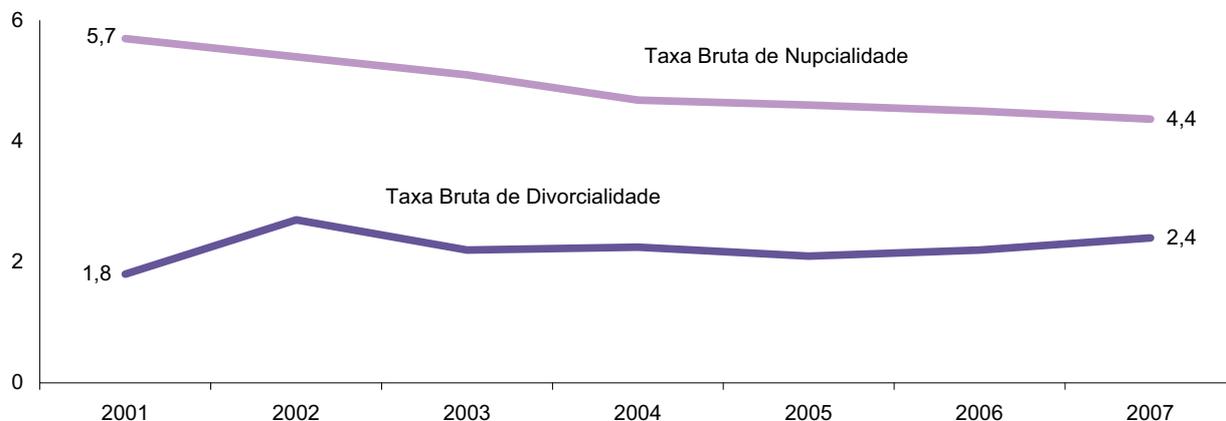
As disparidades regionais em termos de formação e dissolução de casamentos persistem. As Regiões Autónomas detêm as taxas de nupcialidade mais elevadas, seguidas do Norte. No que se refere às taxas de divorcialidade é em Lisboa e Vale do Tejo, no Algarve e nas Regiões Autónomas que se encontram os valores mais expressivos ou seja, nas regiões em que os casamentos se celebram mais tarde. O Norte registava, em 2006,⁶ simultaneamente a taxa de nupcialidade mais elevada entre as regiões do Continente (4,9%) e a taxa de divorcialidade mais baixa do país (2,0%).

Observa-se uma ligeira diferença se analisarmos por NUTS Antigas e NUTS Novas conforme se pode ver no quadro anexo.

⁶ À data de conclusão do artigo a informação sobre divórcios para 2007 só estava disponível para o total do país. A análise para 2006 pode ser consultada na "Situação Demográfica Recente em Portugal" elaborada pelas autoras e divulgada na Revista de Estudos Demográficos nº 42.

Figura 7

Taxas brutas de nupcialidade e divorcialidade (‰), Portugal, 2001- 2007



Fonte: INE, I.P. Estatísticas Demográficas e Estimativas Provisórias de População Residente, 2001 e 2007

4. Mortalidade

É na diminuição da mortalidade e sobretudo no modelo de mortalidade por idades que se encontra a causa explicativa do envelhecimento no topo da pirâmide por idades. De facto os ganhos alcançados tornaram possível a sobrevivência de um número crescente de pessoas idosas.

Na UE esta situação ocorre com a designada primeira transição epidemiológica ligada à rarefacção dos óbitos causadas por doenças infecciosas e que terminou em toda a Europa Ocidental entre 1950 e 1960. A esta transição epidemiológica seguiu-se um novo período de recuo da mortalidade como consequência dos progressos terapêuticos na luta contra as doenças de degenerescência orgânica (cancro e doenças cardiovasculares) e a importância da prevenção.

Portugal, à semelhança da Espanha e da Grécia, na segunda metade do século XX estava afastado de outros países da UE em cerca de 10 anos na esperança de vida. O País vem a recuperar e em quarenta anos ganhou 12,5 anos de vida nos homens e 13,7 anos nas mulheres.

Os anos 70 do século XX foram os anos de grande progresso no campo da mortalidade para os países da comunidade, embora com ritmos diferentes. A baixa da mortalidade implica todo um processo em que interagem os factores biológicos e o ambiente. Por outro lado, muitas doenças tornaram-se crónicas como é caso da SIDA em que os doentes a vivem mais de quinze com a doença, desde que tenham um adequado acompanhamento médico e terapêutico.

Em 2007, registaram-se 103 512 óbitos de residentes em Portugal, ou seja um acréscimo de 1,5 % face ao ano anterior.

Quadro 7

Indicadores sobre a Mortalidade e Longevidade, Portugal, 2001-2007							
Indicadores	Anos						
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Óbitos	105 092	106 258	108 795	101 932	107 462	101 990	103 512
<i>Homens</i>	54 838	55 687	55 966	53 201	55 484	53 473	53 378
<i>Mulheres</i>	50 254	51 003	52 829	48 809	51 978	48 517	50 134
Relação de masculinidade à morte (%)	109,1	109,2	105,9	109,0	106,7	110,2	106,5
Taxa Bruta de Mortalidade (‰)	10,2	10,2	10,42	9,7	10,2	9,6	9,8
Óbitos com menos de um ano	567	574	464	412	386	349	353
Taxa de Mortalidade Infantil (‰)	5,0	5,0	4,1	3,8	3,5	3,3	3,4
Esperança de vida à nascença (anos)							
Homens	73,39	73,68	74,00	74,53	74,90	75,18	75,71
Mulheres	80,37	80,56	80,57	80,98	81,39	81,75	82,22
Esperança de vida aos 45 anos (anos)							
Homens	31,78	31,91	31,94	32,26	32,52	32,67	33,02
Mulheres	36,98	37,13	37,1	37,39	37,69	37,97	38,42
Esperança de vida aos 65 anos (anos)							
Homens	15,55	15,68	15,68	15,95	16,16	16,31	16,66
Mulheres	19,01	19,15	19,07	19,30	19,55	19,78	20,17

Fonte: INE, I.P. Estatísticas Demográficas e Estimativas Provisórias de População Residente 2001-2007. Tábuas Abreviadas para 2005/06 e 2006/2007 construídas pelas autoras com base na informação disponível no INE sobre óbitos e estimativas de população.

A taxa bruta de mortalidade, embora com algumas flutuações, estabilizou, no período em análise, à volta dos 10 óbitos por mil habitantes (9,8‰ em 2007), valor que se insere na média comunitária⁶ (UE27= 9,6 ‰ em 2007). A taxa bruta de mortalidade mais elevada situa-se na região do Alentejo (14,2‰) e a mais baixa na região do Norte (8,4‰) em 2007.

Entre os países da UE as taxas mais elevadas situavam-se, em 2007, na Bulgária (14,8‰), Letónia (14,5‰), Lituânia (13,5‰), na Hungria (13,2 ‰) e na Estónia (13,0 ‰). Ao contrário, as taxas mais baixas encontram-se Irlanda (6,3‰). no Chipre (6,9‰).

Com uma taxa de mortalidade infantil igual a 3,4 óbitos com menos de um ano por mil nados vivos, em 2007 (3,3‰ em 2006) Portugal apresenta-se com um nível inferior à média comunitária, estimada⁷ para 2006, último valor médio conhecido, (UE27 =4,7‰). De entre os países com informação disponível mais recente, a Roménia (12,0‰) em 2007 e 13,9‰, 2006) e a Bulgária (9,2‰ em 2007 e 9,7‰ em 2006), permanecem com as taxas mais elevadas, embora provisórias, enquanto Luxemburgo (1,8‰ em 2007 e 2,5‰ em 2006) e a Suécia (2,5‰ em 2007 e 2,8‰ em 2006), observam os níveis mais baixos. Grécia e Itália, outrora com níveis inferiores aos portugueses verificam, no presente níveis mais elevados(3,8‰, em 2007). Os valores extremamente baixos

⁷ Eurostat (2008) - Statistics in Focus, Population and social conditions, 81/2008

que o indicador atingiu e o facto de o Eurostat divulgar a informação como provisória aconselham alguma prudência na sua análise anual e podem explicar as mudanças de posicionamento dos países. Como curiosidade pode adiantar-se que os antigos manuais de Demografia referiam que o nível de mortalidade infantil nunca poderia ser inferior a 5 %, pois este era a parte atribuída à componente endógena da mortalidade infantil sobre a qual não se conseguia actuar

A análise das mortes segundo a nacionalidade do indivíduo revela que os valores não são muito significativos. A variável nacionalidade só em 1996 foi introduzida no verbete de óbito, ano em que se registou a morte de 378 indivíduos com nacionalidade estrangeira e residentes em Portugal, valor que ascendeu a 1095 em 2001 e a 1274 em 2007, correspondendo neste ano a 1,3% dos óbitos de residentes em Portugal. Aos indivíduos provenientes dos países africanos de língua portuguesa corresponde a quase totalidade de óbitos de nacionalidade africana. Dentro dos europeus, apesar de não representarem proporções expressivas, as mais elevadas pertencem aos ingleses. Esta constatação confirma as razões diferentes em que se processo a imigração e as idades diferentes.

Quadro 8

Óbitos de população com nacionalidade estrangeira residente em Portugal, por nacionalidade, 2001-2007

Continente / País de Nacionalidade	2001		2002		2005		2006		2007	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Total de Óbitos	105 092	100,00	106 258	100,00	107462	100,00	101 990	98,53	103 512	100,00
Europa	104 423	99,36	105 587	100,47	106 799	99,38	101 202	97,77	102 732	99,25
Portugal	103 996	98,96	105 084	99,99	106 337	98,95	100 737	97,32	102 215	98,75
Alemanha	51	0,05	48	0,05	52	0,05	55	0,05	71	0,07
Bélgica	8	0,01	10	0,01	12	0,01	13	0,01	13	0,01
Espanha	66	0,06	71	0,07	66	0,06	69	0,07	73	0,07
França	30	0,03	30	0,03	23	0,02	29	0,03	28	0,03
Itália	13	0,01	11	0,01	11	0,01	18	0,02	14	0,01
Países Baixos	23	0,02	28	0,03	26	0,02	18	0,02	29	0,03
Reino Unido	86	0,08	98	0,09	93	0,09	107	0,10	115	0,11
Moldavia	17	0,02	18	0,02	20	0,02	14	0,01	12	0,01
Roménia	15	0,01	12	0,01	19	0,02	15	0,01	22	0,02
Ucrânia	67	0,06	107	0,10	84	0,08	73	0,07	73	0,07
Rússia	10	0,01	18	0,02	13	0,01	10	0,01	10	0,01
Outros países Europa	41	0,04	52	0,05	43	0,04	44	0,04	57	0,06
África	533	0,51	510	0,49	492	0,46	556	0,54	560	0,54
Angola	111	0,11	102	0,10	108	0,10	128	0,12	104	0,10
Cabo Verde	271	0,26	261	0,25	221	0,21	260	0,25	278	0,27
Guiné Bissau	81	0,08	71	0,07	95	0,09	52	0,05	48	0,05
Moçambique	28	0,03	33	0,03	21	0,02	23	0,02	28	0,03
S.Tomé e Príncipe	30	0,03	24	0,02	26	0,02	32	0,03	34	0,03
<i>Total dos PALPS</i>	<i>521</i>	<i>0,50</i>	<i>491</i>	<i>0,47</i>	<i>471</i>	<i>0,44</i>	<i>495</i>	<i>0,48</i>	<i>492</i>	<i>0,48</i>
Outros Países	12	0,01	19	0,02	21	0,02	61	0,06	68	0,07
América	101	0,10	129	0,12	132	0,12	159	0,15	156	0,15
Brasil	69	0,07	97	0,09	92	0,09	113	0,11	117	0,11
Outros Países da América	32	0,03	32	0,03	40	0,04	46	0,04	39	0,04
Ásia e Oceania	34	0,03	32	0,03	35	0,03	34	0,03	41	0,04
China	4	0,00	5	0,00	4	0,00	7	0,01	8	0,01
Outros Países Ásia e Oceania	30	0,03	27	0,03	31	0,03	27	0,03	33	0,03
País Desconhecido/Apátrida	0	0,00	0	0,00	1	0,00	39	0,04	20	0,02
Total de óbitos de residentes estrangeiros	1 095	0,82	1 174	0,92	1 121	1,05	1 214	1,23	1 274	1,25

Fonte: INE I.P. Estatísticas Demográficas 2000-2007 (cálculo das autoras)

As doenças do aparelho circulatório (32,2%), os tumores/neoplasias (21,7%) e os sintomas, sinais e resultados anormais (12,4%) mantêm-se s principais causas de morte⁸, registadas em 2006, último ano para o qual existe informação disponível. Entre as doenças do aparelho circulatório, as cerebrovasculares continuam a ser a primeira causa de morte em Portugal. Os problemas de hipertensão, níveis elevados de colesterol, os hábitos alimentares e os estilos de vida incluindo a sedentarização, explicam a importância que estas causas de morte assumem quando comparadas com os países da UE. As doenças cerebro-vasculares (14,2% do total das mortes) representam o dobro das cardiopatias isquémicas (7,5%), afectam principalmente as mulheres e têm a maior expressão nas idades avançadas, ocorrendo 42% a partir dos 65 anos. Em 2006, a importância relativa da morte devida à referida causa continuou a progredir e assume particular relevância entre os homens a partir dos 50 anos sendo praticamente o dobro da ocorrida nas mulheres. A situação inverte-se a partir dos 75 anos de idade, quando a sobremortalidade feminina se torna fortemente gravosa, traduzindo a maior longevidade da mulher. Pode afirmar-se que as doenças cérebro vasculares, à semelhança das doenças isquémicas, pneumonia, doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas e as doenças do sistema nervoso e dos órgãos dos sentidos estão particularmente associadas ao envelhecimento.

Quadro 9

Principais causas de morte em Portugal (em percentagem do total de óbitos), 2002 - 2006

Causas de Morte	CID - 10 Lista Europeia	2002 (%)			2006 (%)		
		HM	H	M	HM	H	M
Tuberculose	2	0,3	0,5	0,1	0,2	0,3	0,1
Doenças pelo vírus da imunodeficiência humana (VIH)	4	0,9	1,5	0,3	0,7	1,1	0,3
Tumores Malignos	7	20,9	23,7	17,8	21,7	24,9	18,2
Tumor maligno do esófago	9	0,5	0,8	0,2	0,5	0,8	0,2
Tumor maligno do estômago	10	2,4	2,8	1,9	2,2	2,6	1,8
Tumor maligno do colon	11	2,1	2,2	1,9	2,4	2,5	2,1
Tumor maligno da laringe, traqueia, brônquios e pulmões	15	3,2	5,0	1,2	3,5	5,5	1,3
Tumor maligno da mama feminina	17	1,5	0,0	3,0	1,4	0,0	3,0
Tumor maligno da próstata	21	1,6	3,1	0,0	1,6	3,1	0,0
Tumor maligno do tecido linfático, hematopoético e tecido relacionados	24	1,7	1,7	1,6	1,7	1,7	1,6
Diabetes Mellitus	27	4,2	3,3	5,1	3,7	3,1	4,3
Doenças do Aparelho Circulatório	33	38,4	33,6	43,7	32,2	27,6	37,3
Cardiopatía Isquémica	34	8,9	9,4	8,4	7,5	7,8	7,3
Outras doenças cardíacas	35	6,6	5,3	8,0	5,8	4,4	7,2
Doenças cerebro-vasculares	36	18,3	15,2	21,8	14,2	11,7	16,9
Pneumonia	39	3,3	3,4	3,2	4,9	5,1	4,7
Doenças crónicas das vias aéreas inferiores	40	2,5	3,2	1,8	2,2	2,8	1,6
Doenças Crónicas do Fígado	44	1,6	2,2	0,9	1,3	1,9	0,7
Sintomas, Sinais e resultados anormais de exames clínicos e d laboratório/classificados em outra part	55	9,4	8,3	10,7	12,4	11,9	12,9
Outras Causas de Morte		18,4	20,4	16,3	20,6	21,2	19,9
TOTAL DE ÓBITOS		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Acidentes de transporte	60	38,7	41,2	31,7	24,8	27,0	19,0
Lesões autoprovocadas intencionalmente	63	21,1	22,4	17,5	19,1	20,8	15,0
Outras Causas de Morte Externas	58	40,2	36,4	50,9	56,1	52,2	66,0
TOTAL CAUSAS EXTERNAS DE MORTALIDADE		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

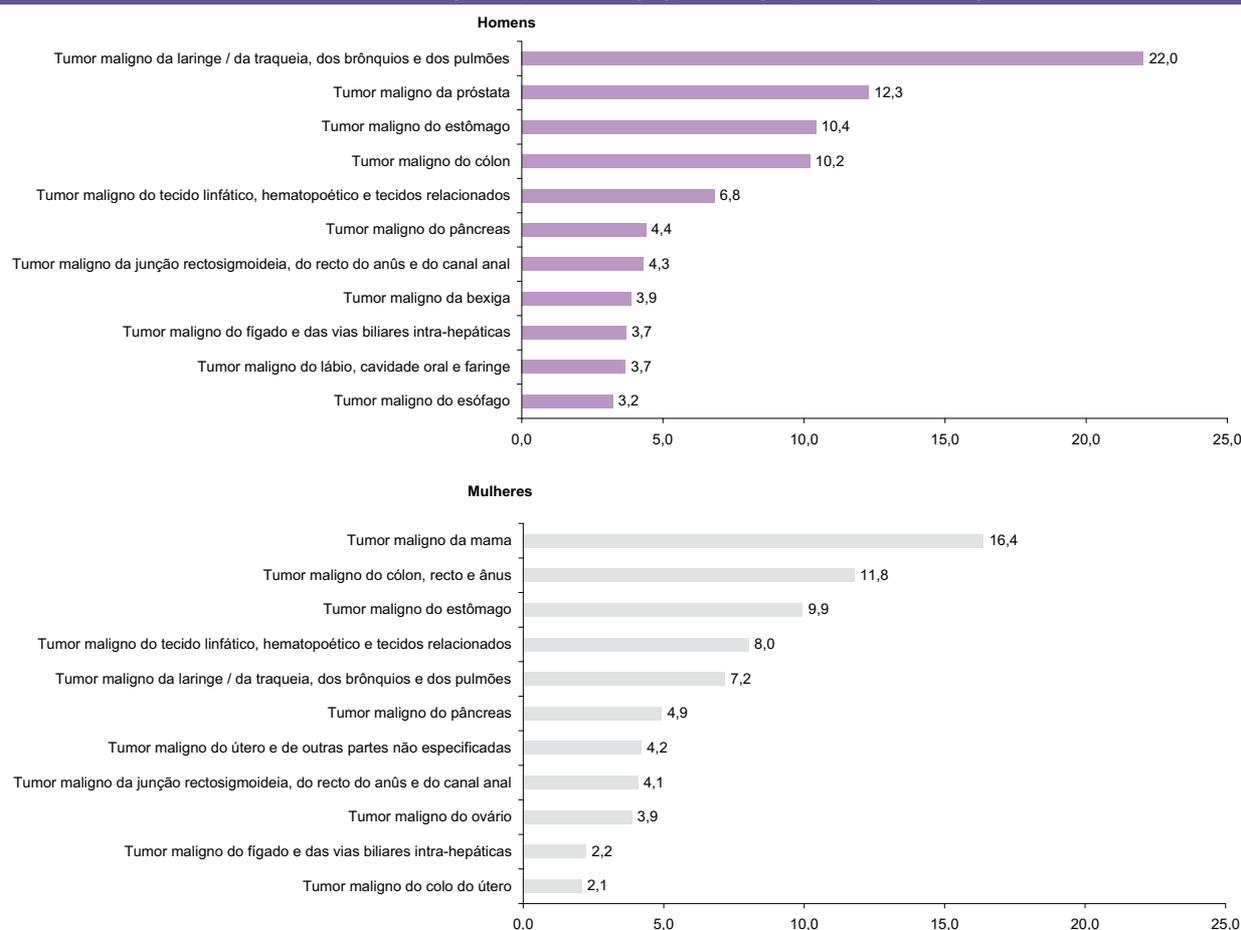
Fonte: INE, I.P. Estatísticas da Saúde 2002 -2006 (cálculos das autoras)

⁸ Com base na 10ª Revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID 10), em vigor em Portugal desde 2002.

Entre os tumores malignos, em 2006 o da laringe, traqueia, brônquios e pulmões ocupa o primeiro lugar como causa de morte, nos homens (22,0%) seguido do tumor da próstata (12,3%). Idêntica hierarquia é reservada, nas mulheres, ao tumor maligno da mama (16,4%) e ao do cólon, recto e ânus (11,8%). O tumor do estômago verifica um peso superior nos homens (10,4%) ao das mulheres (9,9%), e detém, em ambos os casos, a terceira posição.

Figura 8

Tumores malignos por sexo (%), Portugal, 2006 (CID - 10)



A quase totalidade das mortes devidas às doenças do sistema nervoso e dos órgãos dos sentidos observa-se nas pessoas idosas e, em particular nas mais idosas. As mortes provocadas pela diabetes mellitus ocorrem essencialmente nas idades superiores a 74 anos e sobretudo nas mulheres. Situação idêntica verifica-se com a doença de Alzheimer.

As mortes atribuídas aos tumores malignos da laringe, traqueia, brônquios e pulmões, para os homens, e o da mama, para as mulheres, registam um aumento contínuo no período de 2002 a 2007, tal como as doenças cérebro vasculares em qualquer dos sexos, com maior incidência nas mulheres. Bem como os sintomas, sinais e resultados anormais de exames clínicos e de laboratórios não classificados em outra parte (55 -CID 10 Lista Europeia).

Em 2006 registaram-se 1 493 óbitos por acidente de transporte (CID-10, Lista Europeia) concentrando-se praticamente metade no grupo etário dos 15-39 anos, e em particular na faixa etária entre os 20 e os 29 anos.

Quadro 10

Óbitos causados por Acidentes de transporte (CID 10), Portugal, 2002 - 2006															
Idades	2002			2003			2004			2005			2006		
	HM	H	M	HM	H	M									
15-19	158	130	28	110	82	28	121	94	27	108	90	18	65	51	14
20-24	242	209	33	241	207	34	211	177	34	154	128	26	108	95	13
25-29	233	195	38	195	157	38	193	170	23	120	99	21	104	87	17
30-34	177	155	22	158	139	19	147	123	24	109	92	17	78	67	11
35-39	160	143	17	146	120	26	127	115	12	104	89	15	104	81	23
15-39	970	832	138	850	705	145	799	679	120	595	498	97	459	381	78
Total	2 220	1 739	481	1 997	1 561	436	1 760	1 385	375	1 373	1 092	281	1 149	896	253
Em percentagem															
15-19	100,0	82,3	17,7	100,0	74,5	25,5	100,0	77,7	22,3	100,0	83,3	16,7	100,0	83,7	16,3
20-24	100,0	86,4	13,6	100,0	85,9	14,1	100,0	83,9	16,1	100,0	83,1	16,9	100,0	85,9	14,1
25-29	100,0	83,7	16,3	100,0	80,5	19,5	100,0	88,1	11,9	100,0	82,5	17,5	100,0	77,9	22,1
30-34	100,0	87,6	12,4	100,0	88,0	12,0	100,0	83,7	16,3	100,0	84,4	15,6	100,0	85,9	14,1
35-39	100,0	89,4	10,6	100,0	82,2	17,8	100,0	90,6	9,4	100,0	85,6	14,4	100,0	83,0	17,0
15-39	100,0	85,8	14,2	100,0	82,9	17,1	100,0	85,0	15,0	100,0	83,7	16,3	100,0	78,0	22,0
Total	100,0	78,3	21,7	100,0	78,2	21,8	100,0	78,7	21,3	100,0	79,5	20,5	100,0	78,0	22,0

Fonte: INE, I.P. Estatísticas da Saúde 2002 -2006 (cálculos das autoras)

Não é possível com base no registo das Estatísticas de Saúde, fonte de informação, para o estudo do fenómeno da mortalidade apurar os óbitos causados por acidentes em veículos de duas rodas e se a morte ocorre enquanto condutores ou como passageiros.

5. Esperança de vida

A análise de tábuas de mortalidade sucessivas permite identificar o avanço no campo da esperança de vida. Entre 2000 e 2007 a esperança de vida à nascença aumentou em Portugal 2,3 anos para os homens e 1,9 anos para as mulheres e situou-se em 75,7 anos e 82,2 respectivamente, valores próximos da média europeia⁹ (75,8 anos nos homens e 81,9 anos nas mulheres em 2005) e que o colocam num lugar intermédio tanto para os homens como para as mulheres.

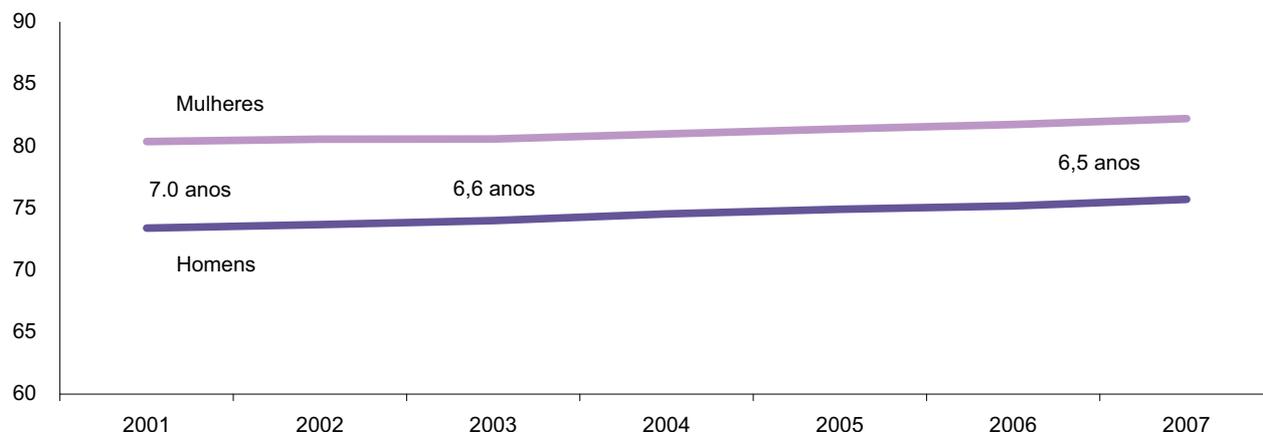
O ritmo de crescimento da longevidade, no período em análise, foi mais rápido entre os homens (3,1%) do que entre as mulheres (2,3%), provocando o atenuar do fenómeno da sobremortalidade masculina, à semelhança do verificado em outros países.

Os valores analisados são deduzidos das tábuas de mortalidade abreviadas, assentes em média de óbitos de dois para minimizar os efeitos das oscilações anuais dos óbitos.

⁹ Eurostat (2005) - Statistics in Focus, Population and Social Conditions, 15/2005

Figura 9

Esperança média de vida à nascença (anos), Portugal, 2001-2007



Fonte: INE, I.P. Estatísticas Demográficas e Estimativas Provisórias de População Residente, 2001-2007. Tábuas Abreviadas para 2005/06 e 2006/2007 construídas pelas autoras com base na informação disponível no INE sobre óbitos e estimativas de população.

Actualmente, estima-se que os homens que atinjam os 60 anos de idade vivam ainda mais 20,5 anos, enquanto as mulheres que alcancem a mesma idade podem esperar viver mais 24,6 anos. Os ganhos foram idênticos nos dois sexos, face aos valores estimados no período anterior

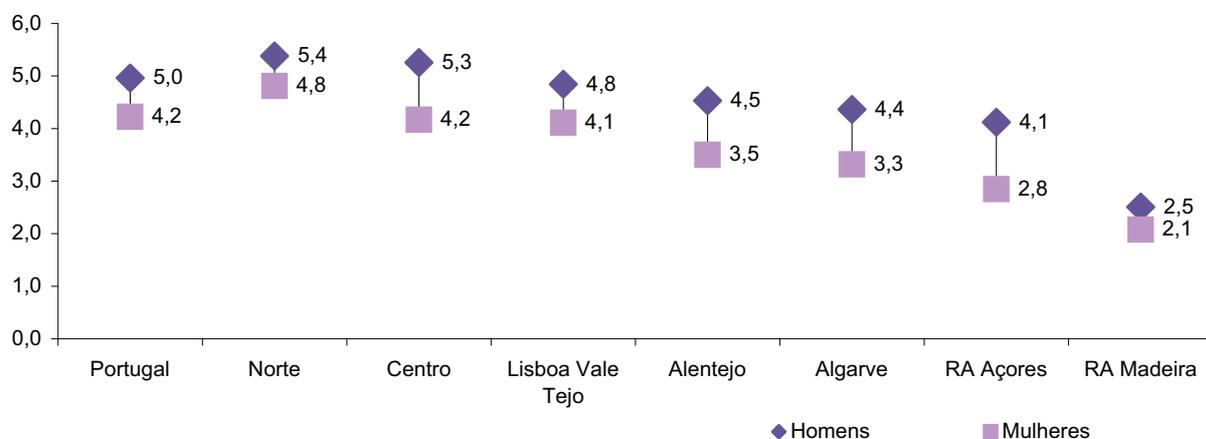
Com o alargamento da Europa Comunitária aumenta a amplitude da esperança de vida observando-se os valores mais elevados, para os homens, na Suécia (78,8 nos) e para as mulheres em Espanha e França ambos com 83,8 anos. Os níveis mais baixos são pertença da Letónia, Estónia, Lituânia e Hungria, e ainda muito afastados dos 70 anos no caso dos homens e dos 78 anos para as mulheres (excepto a Lituânia que tem 77,8 anos).

O aumento da longevidade tende a atenuar-se à medida que os ganhos em termos de anos de vida progridem. Esta evolução estendeu-se a todas as regiões NUTS II do país, embora com diferente intensidade. É no Centro que tanto homens como mulheres vivem em média, em 2006/2007, o maior número de anos (76,5 anos e 82,6 anos, respectivamente). Ao contrário, é na Região Autónoma da Madeira que em média se vive menos, não tendo os homens conseguido ultrapassar os setenta anos enquanto as mulheres alcançam os 79 anos de vida média.

Os maiores ganhos em termos de esperança média de vida observaram-se, entre 1991 e 2007, no Norte e quantificaram-se em 5,4 anos para os homens e 4,8 anos para as mulheres. Em oposição, os menores ganhos ocorreram na Região Autónoma da Madeira (2,5 nos homens e 2,1 anos nas mulheres). Para o mesmo período o ais registou uma subida de 5,0 anos e 4,2 anos, para homens e mulheres, respectivamente.

Figura 10

Ganhos em esperança de vida à nascença (anos), NUTS II, 1991-2007



Fonte: INE, I.P. Estatísticas Demográficas e Estimativas Provisórias de População Residente. Tábuas Abreviadas para 2005/06 e 2006/2007 construídas pelas autoras com base na informação disponível no INE sobre óbitos e estimativas de população.

O aumento de longevidade tende a atenuar-se à medida que os ganhos de vida progredem. Esta evolução é transversal a todas as NUTS II.

Nos primeiros anos deste século, e a partir da idade dos 70 anos os aumentos registados na esperança de vida foram muito próximos, tanto para homens como para mulheres

O excesso de mortalidade masculina, designado como sobremortalidade masculina está bem visível na análise da mortalidade para cada sexo e idades. O excesso de mortalidade masculina face à mortalidade feminina, expresso através da relação da sobremortalidade, cresce desde a nascença e atinge o valor máximo no ano de 2006 na idade exacta dos 20 anos, idade em que o risco de morte é praticamente igual a três homens por cada mulher. O rácio desce gradualmente com o avanço da idade, permanecendo triplo até à idade dos 45 anos. Aos 75 anos o risco de morte dos homens é praticamente metade do observado aos 20 anos.

As razões desta longevidade são conhecidas e prendem-se com a maior protecção hormonal que a mulher possui até atingir a menopausa. Os avanços na medicina e a adopção de tratamentos hormonais de substituição, eventualmente podem conferir uma posição favorável às mulheres que contrabalança todas as situações de stress, provocadas pela sua maior participação no mercado de trabalho, envolvimento em acidentes de veículos a motor e a adopção de comportamentos de risco semelhantes aos dos homens, no que se refere ao consumo de álcool e tabaco.

Actualmente, estima-se que os homens que atinjam os 65 anos vivam em média mais cerca de 16 anos enquanto para as mulheres a vida média esperada e à mesma idade, sobe para cerca de 20 anos. Enquanto que os homens que chegam aos 80 anos podem viver mais um ano do que em 1991, as mulheres conseguiram um ganho mais modesto (0,9 anos).

Espera-se que em 2007, de 100 000 nados vivos, só 93 0482 homens alcancem a idade exacta dos 50 anos, número substancialmente inferior ao das mulheres que sobrevivem à mesma idade (97 045).

De ressaltar que o número de homens sobreviventes aos 80 anos (47 745), em 2007 ainda é inferior ao número de mulheres sobreviventes à mesma idade em 1991/92 (56 270).

Quadro 11

Esperança de vida (em anos) e níveis de sobrevivência às diversas idades, Portugal, 2000-2007												
Anos	$e_{0 \text{ anos}}$		e_{20}		e_{50}		e_{60}		e_{70}		e_{80}	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Esperança de vida (ex)												
2000/01	73,39	80,37	54,38	61,08	27,49	32,35	19,29	23,32	12,15	14,92	6,81	8,17
2001/02	73,68	80,56	54,61	61,25	27,63	32,50	19,43	23,45	12,27	15,03	6,86	8,18
2002/03	74,00	80,57	54,81	61,24	27,67	32,45	19,46	23,40	12,26	14,94	6,75	8,01
2003/04	74,53	80,98	55,26	61,58	27,97	32,73	19,75	23,66	12,46	15,16	6,86	8,14
2004/05	74,90	81,39	55,61	61,92	28,20	33,02	19,99	23,93	12,63	15,40	6,98	8,31
2005/06	75,18	81,75	55,86	62,24	28,35	33,29	20,17	24,17	12,78	15,61	7,04	8,43
2006/07	75,71	82,22	56,34	62,71	28,71	33,72	20,51	24,58	13,11	15,97	7,29	8,71
Anos	$l_{0 \text{ anos}}$		l_{20}		l_{50}		l_{60}		l_{70}		l_{80}	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Número de sobreviventes (lx)												
2000/01	100 000	100 000	98 518	99 056	90 712	96 082	83 887	92 750	69 484	85 110	41 301	63 051
2001/02	100 000	100 000	98 609	99 092	90 976	96 173	84 174	92 898	69 948	85 413	42 063	63 939
2002/03	100 000	100 000	98 789	99 112	91 478	96 307	84 648	93 035	70 539	85 661	42 642	64 334
2003/04	100 000	100 000	98 921	99 206	92 010	96 563	85 328	93 384	71 707	86 224	44 177	65 637
2004/05	100 000	100 000	98 959	99 297	92 359	96 755	85 653	93 672	72 470	86 699	45 216	66 767
2005/06	100 000	100 000	99 007	99 361	92 622	96 934	85 842	93 986	72 871	87 230	46 115	67 921
2006/07	100 000	100 000	99 090	99 374	93 048	97 045	86 398	94 212	73 660	87 771	47 745	69 356

Fonte: INE, I.P. Estatísticas Demográficas e Estimativas Provisórias de População Residente 2001 -2007; Tábuas Abreviadas para 2005/06 e 2006/2007 construídas pelas autoras com base na informação disponível no INE sobre óbitos e estimativas de população.

6. As migrações e a população estrangeira

O contributo das migrações na dinâmica do crescimento da população depende do sentido, das características que revelam e da sua duração. Desde 1993 que o saldo migratório é a principal componente do acréscimo populacional em Portugal.

Podem distinguir-se dois tipos de impacte dos migrantes na população de acolhimento. Um, que actua nos comportamentos demográficos de fenómenos como a fecundidade, modelos familiares e mortalidade, para o qual contribuem os imigrantes que permanecem há mais tempo no país. Outro, e este mais imediato, incide sobre a estrutura da população ou seja na repartição por sexo e idades e são obra dos imigrantes recentes. Estas diferenças explicam-se pelos motivos que determinam a saída dos países de origem e que se prendem maioritariamente a motivos de natureza económica.

A população estrangeira de acordo com os Censos de 2001 é mais jovem do que a população nacional, e concentra-se na faixa da população em idade activa. Ora, esta é precisamente a população mais afectada pela emigração portuguesa, o que pode atenuar o efeito sobre a estrutura da população em idade activa.

A repartição por sexos da população estrangeira difere da população nacional na qual as mulheres são supranumerárias, como resultado da sua maior longevidade. Ao contrário, os homens predominam na população de nacionalidade estrangeira fruto provável da sua maior representatividade no processo migratório, sobretudo entre as populações não comunitárias. De facto, no início, as migrações por natureza económica são sobretudo masculinas. Em fase posterior, ocorre o reagrupamento familiar e os fluxos migratórios tendem para um maior equilíbrio na repartição por sexos. No entanto, nos anos mais recentes a relação de feminilidade desta população tem aumentado.

As migrações afectam a estrutura por sexo e por idades de uma população, quer de um modo directo, pela repercussão nos efectivos da população de origem e na de acolhimento, quer de um modo indirecto, pela transferência de nascimentos que podem ter associadas. Este aspecto está bem evidenciado nas pirâmides etárias da população residente total e da população estrangeira residente em Portugal.

A avaliação das migrações internacionais e internas em Portugal apresenta dificuldades particulares, na medida em que não existe um registo directo e exaustivo dos respectivos acontecimentos.

As migrações são no presente o principal factor a influenciar a variação das populações dos países desenvolvidos, devido aos diminutos saldos naturais alcançados, e Portugal como se mostrou não é excepção. A quantificação do fenómeno torna-se, assim, cada vez mais exigente.

Quadro 12

População estrangeira com residência legalizada em Portugal, 2001-2007							
Continente / País de Nacionalidade	2001	2002	2003	2004	2005	2006 *	2007 *
Total	223 997	238 929	249 995	263 322	274 631	332 137	401 612
<i>Homens</i>	125 958	132 663	137 607	143 319	147 980	181 910	219 765
<i>Mulheres</i>	98 039	106 266	112 388	120 003	126 651	150 227	181 847
Europa	67 127	72 229	77 124	83 687	88 781	124 901	168 124
Alemanha	11 167	11 878	12 539	13 097	13 622	13 870	15 498
Bélgica	2 278	2 434	2 552	2 654	2 741	2 798	3 091
Espanha	13 645	14 599	15 281	15 874	16 398	16 611	18 030
França	7 817	8 377	8 841	9 247	9 589	9 737	10 556
Itália	3 380	3 771	4 185	4 569	4 821	4 954	5 985
Moldávia	45	97	270	1 048	1 390	7 459	11 414
Países Baixos	4 460	4 812	5 102	5 347	5 658	5 869	6 589
Reino Unido	14 953	15 903	16 860	17 976	19 005	19 761	23 608
Roménia	508	615	764	1 219	1 564	5 446	17 200
Rússia	596	699	858	1 155	1 342	3 375	4 523
Suécia	1 317	1 371	1 405	1 456	1 500	1 521	1 649
Suíça	1 407	1 472	1 555	1 617	1 662	1 692	1 827
Ucrânia	203	299	525	1 551	2 120	22 846	34 240
Outros Países Europa	5 351	5 902	6 387	6 877	7 369	8 962	13 914
África	107 309	114 399	117 954	121 584	124 541	129 806	138 337
Angola	22 751	24 782	25 616	26 517	27 533	28 856	30 431
Cabo Verde	49 845	52 223	53 434	54 788	55 608	57 369	61 110
Guiné Bissau	17 791	19 227	20 041	20 511	20 935	21 170	22 174
Moçambique	4 725	4 864	4 916	4 953	5 029	5 156	5 403
S. Tomé e Príncipe	6 304	6 968	7 279	7 828	8 198	8 874	9 736
Total dos Palps	101416	108064	111 332	114 597	117 303	121 423	128 854
Outros Países África	5 893	6 335	6 668	6 987	7 238	8 383	9 483
América	39 018	40 535	42 509	44 879	47 624	58 708	72 387
América Norte	10 183	10 138	10 116	10 108	10 080	10 122	10 228
EUA	8 023	8 000	7 998	7 986	7 985	8 020	8 097
América Central e do Sul	28 835	30 397	32 393	34 771	37 544	48 586	62 159
Brasil	23 422	24 762	26 508	28 730	31 500	42 319	55 665
Venezuela	3 508	3 520	3 517	3 458	3 308	3 209	3 177
Ásia	9 724	10 938	11 565	12 331	12 837	17 870	21 902
China	3 953	4 529	4 810	5 278	5 551	8 081	9 689
Índia	1 360	1 525	1 612	1 686	1 749	2 611	3 538
Japão	800	818	838	851	864	868	896
Paquistão	1 034	1 194	1 279	1 344	1 380	1 779	2 092
Oceânia	537	545	557	554	558	563	572
Austrália	476	483	489	486	489	491	497
Outros Países Ásia e Oceânia	2 577	2 872	3 026	3 172	3 293	4 496	5 687
Apátridas e Desconhecida	282	283	286	287	290	289	290

Fonte:Ministério da Administração Interna / Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (MAI/SEF)

* Os valores de 2006 e 2007 são provisórios em Maio de 2008.

Notas: Por comparação com o ano de 2005 verificou-se, em 2006 e 2007, um incremento no número de solicitações de autorização de residência, o que concorreu para um acréscimo do número de titulares de autorização de residência. Este aumento teve como principal motivo a possibilidade de conversão das autorizações de permanência e dos vistos de longa duração em autorizações de residência. Esta situação decorre da emissão de títulos de residência ao abrigo do art.87º, alínea m do Decreto-Lei 244/98 de 8 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 34/2003 de 25/Fevereiro, mas também do Artº 217º, nº 1 da Lei 23/2007 de 4 de Julho.

As entradas provenientes do estrangeiro têm duas componentes, uma a de indivíduos com nacionalidade estrangeira e outra de indivíduos com nacionalidade portuguesa, normalmente designados como regresso de emigrantes. Segundo os Censos 2001, confirma-se que esta última componente continua a ser relevante e atinge cerca de 60% do total dos indivíduos recenseados em Portugal e que declararam residir no estrangeiro em 1995, perde peso e corresponde a 51 % das entradas ocorridas posteriormente a 1999. Estas duas populações, de nacionalidade portuguesa e estrangeira apresentam estruturas por sexo e idades diferentes e consequentemente provocam efeitos também diferentes, pois os motivos que as conduzem são igualmente diversos¹⁰.

A população estrangeira com residência legalizada em Portugal no final do ano de 2007, ascendia, segundo o SEF, a 401 612 indivíduos, (números provisórios), ou seja uma variação positiva de 20,9%, comparativamente ao ano anterior, e superior à registada de 2005 para 2006 (5,3%). De acordo com a mesma fonte, se àqueles titulares de residência legalizada se adicionar o número de prorrogações de autorizações de permanência (5 741) as prorrogações de vistos de longa duração (28 383) e os vistos de longa duração concedidos (10 597) o número de estrangeiros a residir ou permanecer de forma legal sobe, em 2007, para 446 333 indivíduos ou seja, mais 2,1 % do quantitativo registado em 2006.

Por comparação com o ano de 2005 verificou-se, em 2006 e 2007, um incremento no número de solicitações de autorização de residência, o que concorreu para um acréscimo do número de titulares de autorização de residência. Este aumento teve como principal motivo a possibilidade de conversão das autorizações de permanência e dos vistos de longa duração em autorizações de residência. Esta situação decorre da emissão de títulos de residência ao abrigo do art.87º, alínea m do Decreto-Lei 244/98 de 8 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 34/2003 de 25/Fevereiro, mas também do Artº 217º, nº 1 da Lei 23/2007 de 4 de Julho.

No que se refere às regiões de origem, constata-se que a grande maioria dos estrangeiros continua a ser de origem africana de língua portuguesa (PALP), proporção que depois dos acréscimos observados nos anos noventa do século passado se reduziu no período de 2001-2007, para se situar em 32,1%, em 2007. A população cabo-verdiana (15,2%) permanece como a parte mais significativa da população estrangeira com residência legalizada em Portugal, tendo, no entanto, perdido importância relativa, face a 2001 (menos 5 pontos percentuais). Idêntica evolução se nota em todas as nacionalidades que integram o conjunto dos países africanos de língua africana, e nos quais a nacionalidade angolana ocupa segunda posição mais relevante..

Da Europa tiveram origem 41, 9% dos indivíduos estrangeiros a residir legalmente em Portugal em 2007, representando uma variação positiva de 34,6% face ao ano anterior, embora mais fraca do que a verificada de 2005 para 2006 (40,7%). Para este acréscimo contribuiu, em 2007, o aumento dos fluxos provenientes dos países do leste europeu, em especial; da Ucrânia (8,5%); Roménia (4,3%), Moldávia (2,8%) e Rússia (1,1%).¹¹

Do conjunto dos países da UE, o Reino Unido (5,9%), Espanha (4,5%) e Alemanha (3,9%) continuam a assumir as posições mais importantes, embora com registem ligeiros recuos. Os nacionais do Brasil subiram 34,3% entre 2001 e 2007, representando, neste último ano 12,7 % da população estrangeira com residência legalizada em Portugal e são responsáveis pela maioria dos residentes estrangeiros provenientes da América Central e do Sul. A Ásia ganha importância no conjunto da população estrangeira legalizada e atinge os 5,5% em 2007, contribuindo, essencialmente, os nacionais da China para o acréscimo.

Do total da população estrangeira com residência legalizada em Portugal, em 2007, 54,7% eram indivíduos do sexo masculino e 45,3% do sexo feminino contra 56,2% e 43,8 no ano anterior continuando a atenuar a sobre representatividade masculina. A relação de masculinidade é particularmente elevada entre a população de nacionalidade africana, na qual por cada 100 mulheres residentes em Portugal existem 130 homens. O rácio é mais equilibrado entre a população europeia (123 homens por 100 mulheres). Dentro dos países da UE o número de mulheres excedia o de homens nas nacionalidades espanhola (103), a que se juntam as mulheres com nacionalidade brasileira (113) e outros países da América Central e do Sul, embora não muito expressivos em termos de efectivos.

A relação de feminilidade tem vindo a subir, facto que indicia ou o intensificar da entrada de mulheres na situação de imigrantes ou por motivo de reagrupamento familiar.

¹⁰ Sobre esta temática ver MAGALHÃES, Maria da Graça "Migrações Inter NUTS II e Projecções Regionais de População Residente" no número 34 da Revista de Estudos Demográficos.

¹¹ Sobre esta temática ver Maria I. Baganha, José Carlos Marques e Pedro Góis " Imigrantes de Leste em Portugal" neste número da RED

Relevante é conhecer a repartição etária da população estrangeira em Portugal e avaliar, o seu impacte, na população de acolhimento, nomeadamente o possível efeito no atenuar do envelhecimento demográfico. Esta análise não é possível de momento, dado que o SEF não tem a referida informação tratada. Deste modo, só os resultados definitivos dos Censos 2001, permitem, conhecer, a estrutura etária da referida população.

Devido à intensidade do fenómeno imigratório em situação irregular realizaram-se duas operações de legalização extraordinária, em 1992 e em 1996, que originaram a legalização de 39 166 e 35 082 cidadãos estrangeiros, respectivamente. Em ambas as operações a maioria dos pedidos, cerca de 70% pertenceu aos nacionais dos países de língua portuguesa (PALP) e dentro desta predominou a nacionalidade angolana, embora tenham perdido peso entre uma e outra.

No que se refere à emigração, os problemas em quantificar os fluxos agravaram-se em 1988 quando foi extinto o *Passaporte de Emigrante*¹² e com a adesão à União Europeia, devido à livre circulação de pessoas nas fronteiras e com o acordo de Shengen celebrado em 1999.

Na emigração portuguesa destacam-se algumas fases de evolução. Uma, que regista o primeiro grande surto emigratório da história contemporânea portuguesa, sobretudo para o Brasil, e que se localiza entre 1911 e 1920 atingindo o valor máximo em 1912; outra, de maior intensidade e que corresponde ao grande ciclo de emigração portuguesa para a Europa, ocorre durante a guerra colonial, situa-se entre 1962 a 1973, e origina a diminuição da população portuguesa durante este período. Ambas as fases têm subjacentes saídas de carácter permanente ou seja, por períodos iguais ou superiores a um ano. A partir do final dos anos oitenta, a emigração portuguesa, assume alguma expressão, mas prevalecem os fluxos de carácter temporário, ou seja por período inferior a um ano, situação que, segundo se estima, tenha tido continuidade no início do presente século¹³.

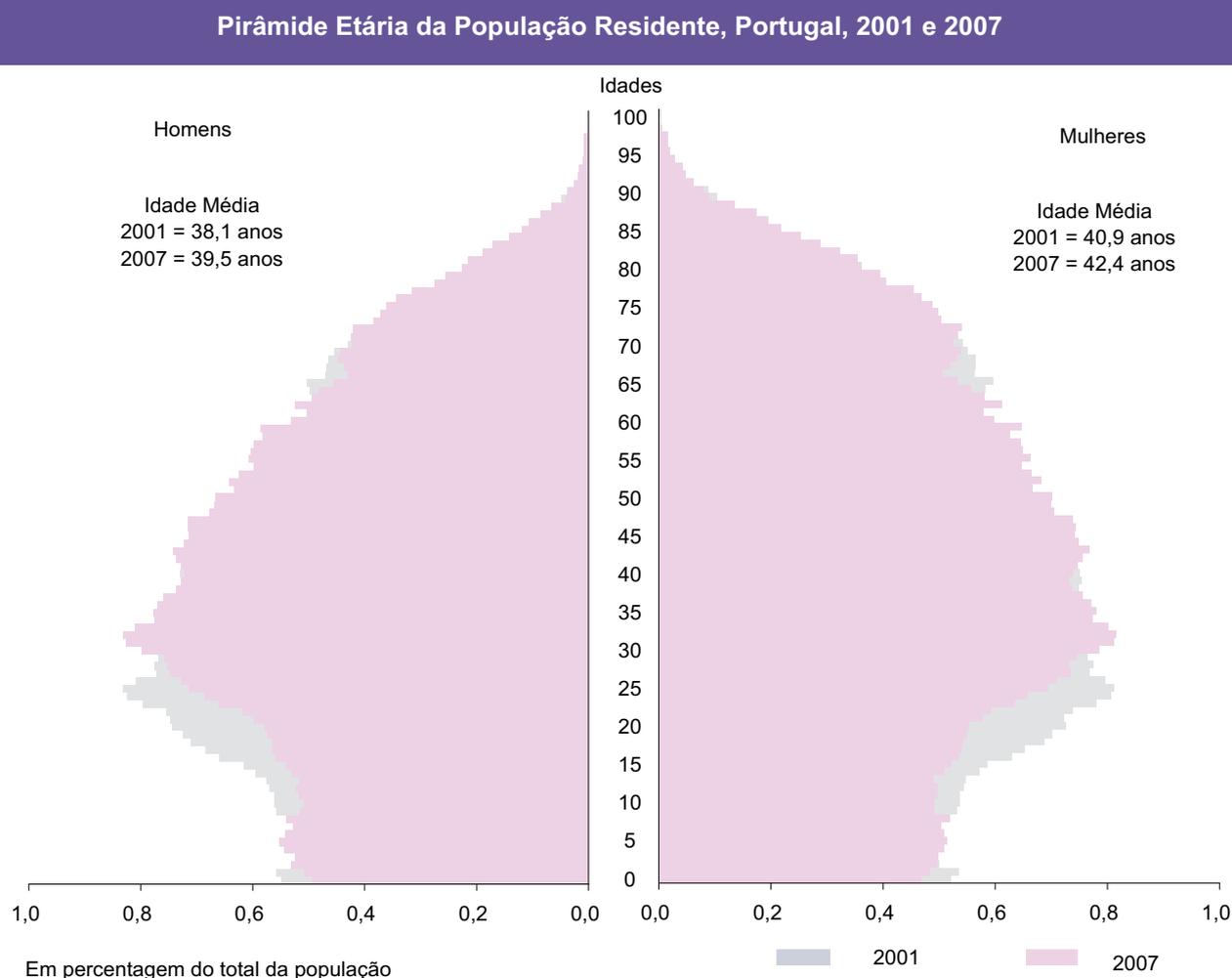
¹² Decreto-lei 438/88

¹³ Sobre esta temática ver Moreira, Humberto "Emigração Portuguesa (Estatísticas retrospectivas e reflexões temáticas)" neste número da RED

7. Estruturas etárias e Envelhecimento

A pirâmide de Portugal evidencia a forte queda de fecundidade e o significativo aumento da esperança de vida.

Figura 11



Fonte: INE, I.P. Estimativas Provisórias de População Residente (cálculo das autoras)

Os ganhos alcançados em termos de esperança de vida induziram o aumento da idade média da população em cerca de 3,7 anos, que passou de 35,5 anos em 1991, para 39,5 anos, em 2007, nos homens, e de 38,2 anos para 42,4 anos nas mulheres. O cálculo da idade mediana permite eliminar os efeitos das idades extremas e estima-se, em 2007, em 38 anos para os homens e 41 anos para as mulheres.

Os desequilíbrios entre os efectivos masculinos e femininos nas idades avançadas, consequência da desigualdade perante a morte, anteriormente analisada, estão bem marcados no desenho da pirâmide.

O aumento conjuntural da natalidade verificado após 1995, é visível nas gerações mais recentes mas revela-se insuficiente para compensar o declínio da percentagem de jovens na população. Na realidade, os efeitos da queda da fecundidade são bastante duradouros e difíceis de recuperar e estão bem visíveis na redução da população jovem, que em 2001 tinha um peso relativo de 15,9 % na população total e em 2007 apenas 15,3 %.

Em oposição, a população em idade activa dos 15-64 anos, regista uma tendência em baixa no período em análise, representando 67,2 % do total da população, em 2007. Dentro da população em idade activa ou adulta, ressaltam duas dinâmicas de evolução opostas, com a população mais nova a baixar e a população mais velha a aumentar. De facto, a população em idade activa mais jovem (15-24 anos) desceu para 11,6% em

2007 (11,9% em 2006) enquanto a população com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos cresceu para 60,4% (55,4% em 2006). Uma outra decomposição da população em idade activa mostra idêntica tendência: a população dos 15-44 anos desce 41,9 % em 2007 (de 42,3 % em 2006). Ao contrário, a população dos 45-64 anos, ou seja a população em idade activa mais velha, aumenta três pontos percentuais para 25,3% no mesmo período. Este comportamento evidencia o envelhecimento da população em idade activa.

A população idosa, ou seja, igual ou superior a 65 anos, representava em 2001, cerca de 16,5 %, reforçou essa posição aumentando continuamente até atingir os 17,4% em 2007, proporção que ultrapassa a média estimada para UE25 (16,5%) referente ao mesmo ano. Dentro da população idosa, o crescimento é mais forte nos idosos mais velhos.

O envelhecimento está bem visível na evolução do peso relativo da população com 75 ou mais anos que subiu 6,9 % em 2001 para 8,0%.em 2007. A tendência é mais acentuada entre as mulheres (8,3 % em 2001 e 9,5 % em 2007). A população desta faixa etária representa quase metade da população idosa.

A proporção dos mais idosos (80 ou mais anos) na população idosa em 2007 eleva-se a 23,7 % sendo 20,2% nos homens e 26,2 % nas mulheres reflectindo o fenómeno da sobremortalidade masculina, contra 23,7% e 26,2%, respectivamente para homens e mulheres, no ano anterior.

A estrutura etária da população portuguesa resulta das diferentes evoluções dos movimentos natural e migratório ao longo do período em observação, traduzida em uma nova distribuição dos grupos etários, com um número de pessoas idosas superior ao número de jovens, reflectida nos indicadores demográficos normalmente apresentados para medir o envelhecimento. Em 2001 por cada 100 jovens com menos de quinze anos havia cerca de 104 idosos, em 2007 o rácio eleva-se para 114 idosos.

Quadro 13

Estrutura por idades da população residente (%) e índices resumo, Portugal, 2001-2007							
Indicadores	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
População com 0 - 14 anos	15,9	15,8	15,7	15,6	15,6	15,5	15,3
Homens	16,8	16,8	16,7	16,6	16,5	16,4	16,3
Mulheres	15,0	14,9	14,9	14,8	14,7	14,6	14,5
População com 15 - 64 anos	67,6	67,5	67,4	67,3	67,3	67,3	67,2
Homens	68,9	68,8	68,8	68,7	68,7	68,7	68,7
Mulheres	66,4	66,3	66,2	66,1	66,0	65,9	65,9
População com 65 e mais anos	16,5	16,7	16,8	17,0	17,1	17,3	17,4
Homens	14,3	14,4	14,5	14,7	14,8	14,9	15,0
Mulheres	18,6	18,8	18,9	19,2	19,3	19,5	19,7
População com 75 e mais anos	6,9	7,0	7,2	7,3	7,5	7,7	8,0
Homens	5,5	5,6	5,6	5,8	5,9	6,1	6,3
Mulheres	8,3	8,4	8,6	8,8	9,0	9,3	9,5
População com 80 e mais anos	3,5	3,6	3,7	3,8	3,9	4,1	4,2
Homens	2,6	2,6	2,7	2,8	2,9	3,0	3,1
Mulheres	4,4	4,5	4,6	4,7	4,9	5,1	5,3
Índice de dependência total	48,0	48,1	48,3	48,5	48,6	48,6	48,7
Homens	45,2	45,3	45,4	45,5	45,5	45,5	45,5
Mulheres	50,6	50,9	51,1	51,4	51,5	51,6	51,9
Índice de dependência jovens	23,5	23,4	23,3	23,2	23,1	23,0	22,8
Homens	24,4	24,4	24,3	24,1	24,0	23,8	23,7
Mulheres	22,6	22,5	22,5	22,4	22,2	22,1	22,0
Índice de dependência idosos	24,5	24,7	24,9	25,3	25,4	25,6	25,9
Homens	20,8	21,0	21,1	21,4	21,5	21,7	21,9
Mulheres	28,0	28,3	28,6	29,0	29,3	29,5	29,9
Índice de envelhecimento	104,2	105,5	106,8	108,7	110,1	111,7	113,6
Homens	85,1	86,1	87,2	88,7	89,7	90,9	92,4
Mulheres	124,2	125,8	127,5	129,8	131,5	133,5	135,8
Índice de longevidade	42,0	42,3	42,6	43,1	43,85	44,9	45,7
Homens	38,2	38,5	38,8	39,2	39,94	41,0	41,8
Mulheres	44,6	45,0	45,4	45,9	46,67	47,6	48,5

Fonte: INE, I.P. Estatísticas Demográficas e Estimativas Provisórias de População Residente 2001 - 2007

A proporção é mais elevada no caso das mulheres devido à maior longevidade que possuem. O indicador passou de 124 idosas por cada 100 jovens em 2001, para 136 em 2007. Desde 1995 que as mulheres idosas ultrapassam em número as mulheres jovens.

Figura 12

Taxa de crescimento natural (por mil habitantes) Portugal, 2007

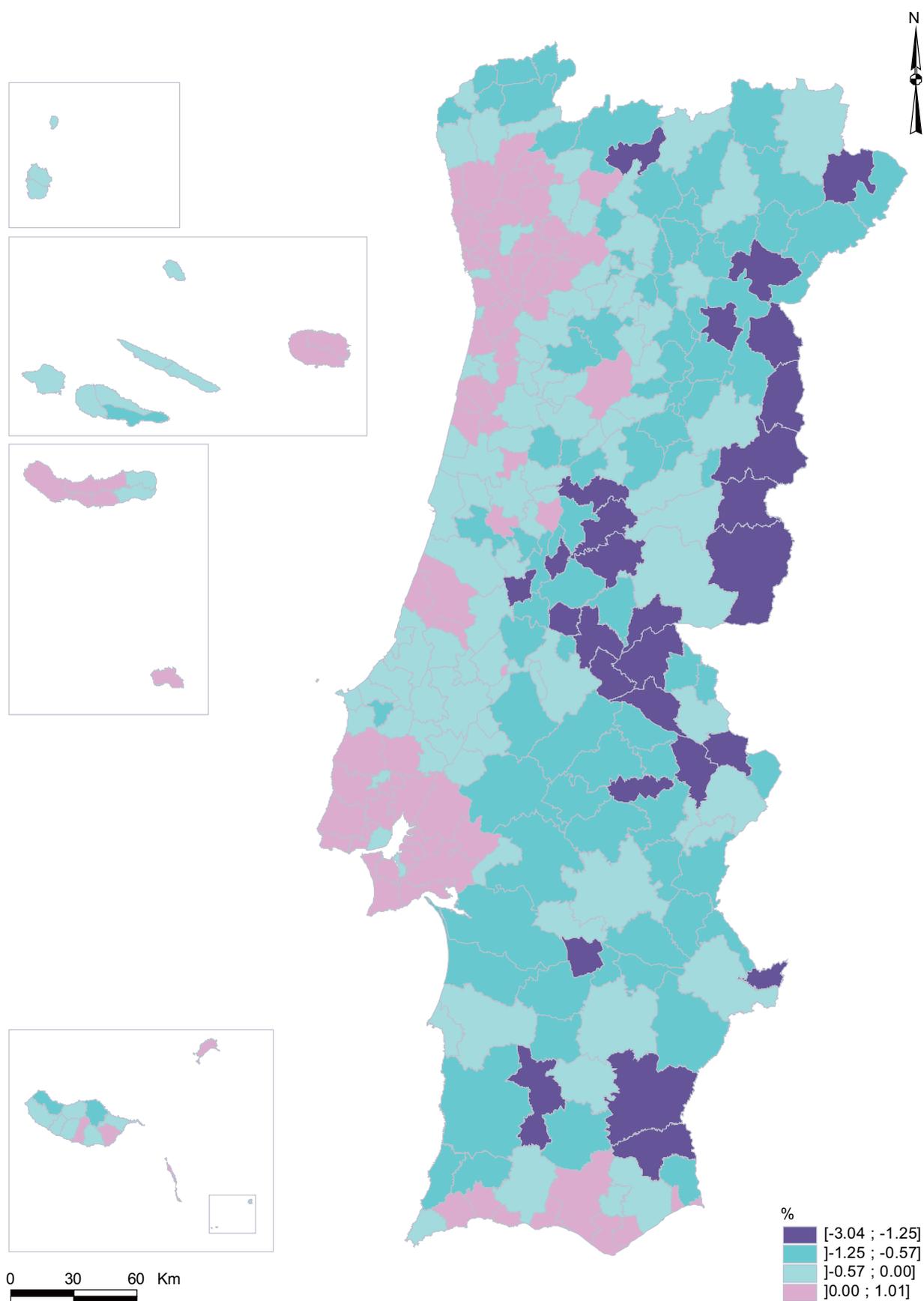
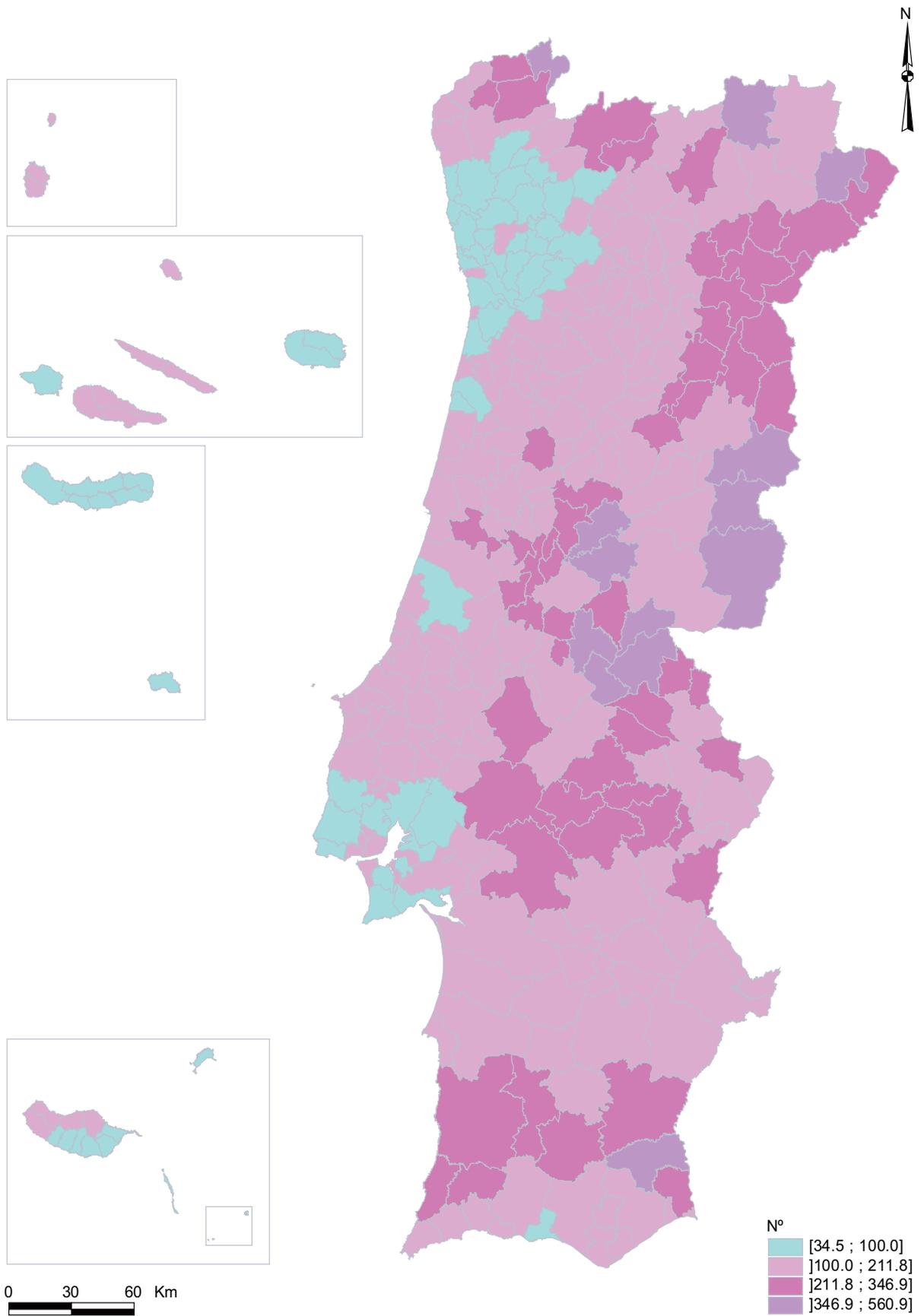


Figura 13

Índice de envelhecimento (idosos por 100 jovens), Portugal, 2007



A proporção entre a população em idade activa (15-64 anos) e a população dependente (com menos de quinze anos e com 65 ou mais anos) está expressa no índice de dependência total que se manteve nos 48 dependentes em 2001 e 49 em 2007. Este indicador contém duas evoluções opostas; uma descendente, a do índice de dependência de jovens que passou de 24 jovens a cargo para 23 e reflecte a baixa da fecundidade, e outra ascendente que se traduz num aumento do índice de dependência de idosos de 25 para 26, resultante do aumento da esperança de vida em idêntico período. O índice de dependência de idosos não cessa de aumentar e resulta sobretudo da acentuada queda de fecundidade, pois os ganhos no campo da mortalidade observam-se em todas as idades e em especial na mortalidade infantil.

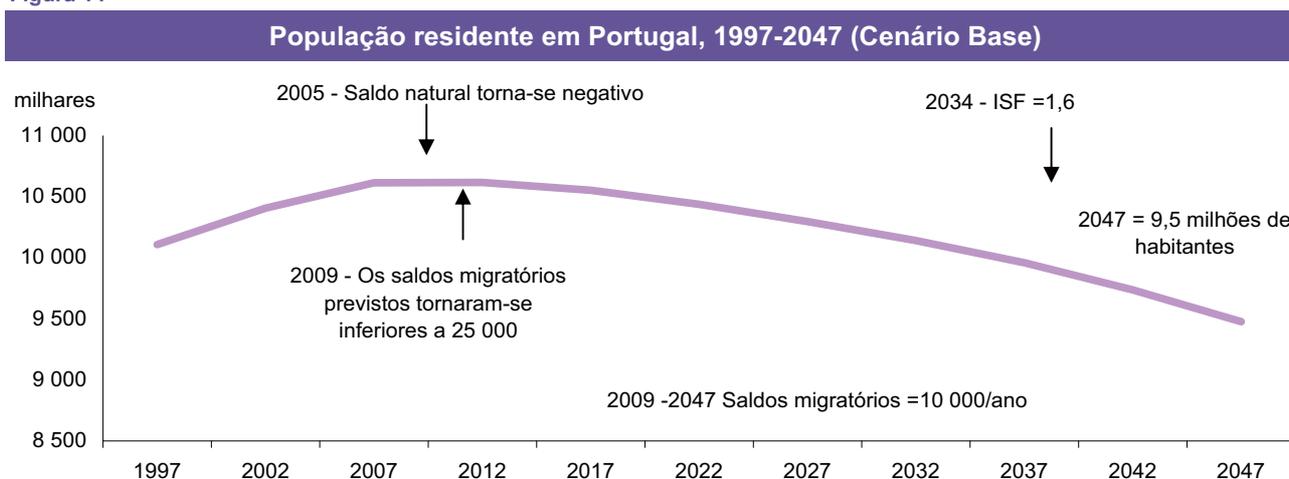
O índice de envelhecimento, que compara a população com 65 e mais anos com a população de idade inferior a 15 anos, assume diferentes evoluções demográficas a nível regional e é na Região Autónoma dos Açores que se encontra o valor mais baixo, consequência do facto de esta região só muito recentemente ter deixado de assegurar a substituição das gerações. O índice varia assim, em 2006 de 64 idosos por cada 100 jovens na Região Autónoma dos Açores a 185 idosos por cada 100 jovens no Alentejo. São as zonas onde a natalidade é mais elevada que têm os menores rácios.

Da análise das figuras 12 e 13 facilmente ressalta que as manchas correspondentes aos níveis de envelhecimento mais fortes coincidem com as que representam as taxas de crescimento natural mais negativas.

As projecções de população residente assentes nos resultados definitivos dos Censos 2001 e nas tendências das variáveis demográficas apontam para um decréscimo da população residente, qualquer que seja o cenário escolhido¹⁴.

O *cenário base* conjuga subidas graduais dos níveis actuais de fecundidade e de esperança de vida com saldos migratórios sempre positivos com tendência para se reduzirem e tornaram constantes e iguais a 10 000 indivíduos por ano, a partir de 2009.

Figura 14



Fonte: INE, I.P. Estimativas Definitivas de População Residente Intercensitárias, 1991-2000 e Projecções da População Residente, 2000-2050

Prevê-se que a população residente em 2047 diminua para 9 477,2 milhares de indivíduos, número bastante inferior ao actual. A proporção de população jovem reduzir-se-á a 13,~% e a população idosa aumentará para 31,3% agravando-se assim o processo de envelhecimento da população portuguesa bem expresso no índice de envelhecimento de 240 idosos por cada 100 jovens.

Mesmo num cenário de fecundidade alta, com um índice de fecundidade a atingir 1,96 criança por mulher a população situar-se-á em 10 148,0 milhares de indivíduos, a população idosa aumentará mais moderadamente (29,3%) e o índice fixar-se-á em 190 idosos por cada 100 jovens.

Esta evolução demonstra que a imigração pode retardar o envelhecimento demográfico, dada a maior juventude da sua população, mas não o resolve.

¹⁴ INE (2003) Projecções de População Residente, 2000-2050, Lisboa.

Conclusões

Portugal regista um saldo natural com valores negativos, em 2007, situação que ocorre pela primeira vez desde 1918, como resultado da gripe pneumónica.

Estima-se, para Portugal, um crescimento contínuo da população, com o ritmo a desacelerar desde o início do século XXI. Esta evolução resulta dos fortes fluxos de entrada no País, quer na forma de imigrantes com nacionalidade estrangeira quer na forma de regresso de portugueses.

Portugal é um país de baixa fecundidade, com um nível inferior ao exigido para substituir as presentes gerações de pais, ou seja, cerca de 2,1 crianças por mulher. A esperança de vida conhece ganhos significativos, sobretudo entre os homens, diminuindo a diferença da vida média entre homens e mulheres. As grandes mudanças na fecundidade e na mortalidade durante a segunda metade do século passado, aceleraram o processo de envelhecimento da população residente em Portugal.

O declínio da mortalidade infantil e adulta, a maior autonomia da mulher, a dificuldade em conciliar vida familiar e profissional e a maior acessibilidade a métodos contraceptivos seguros, são factores que pesam na decisão de ter filhos, e no seu espaçamento. O ingresso tardio dos jovens no mercado de trabalho, devido à maior escolarização, e conseqüente dependência das gerações mais novas às mais idosas são factores igualmente decisivos sobre o número de filhos a ter. A criação do sistema de segurança social conferiu maior independência às pessoas idosas e os esquemas de pensões de reforma separaram a função de procriar da de sustentar os pais na velhice.

Nascem cada vez menos crianças, os filhos dos imigrantes ganham peso no número anual de nascimentos, o filho único é a opção predominante, a proporção de nascimentos com coabitação dos pais eleva-se, os pais são mais velhos e escolhem com maior frequência a união de facto como forma de conjugalidade, e divorciam-se mais. No que se refere ao padrão da fecundidade, a maternidade depois dos trinta anos é mais frequente e a das adolescentes mantém-se elevada, apesar de se ter reduzido substancialmente.

Portugal tornou-se recentemente um país de imigração, tendo os países de origem dos fluxos diversificado, mas permanece um país de emigração, sobretudo de natureza temporária. O sentido que os fluxos migratórios assumirem no futuro determinam o maior ou menor grau de envelhecimento demográfico, pois a manutenção da fecundidade a níveis inferiores ao da substituição das gerações parece irreversível. A fixação de população com nacionalidade estrangeira representa um papel relevante no desenho da pirâmide de idades do país e na repartição por sexo. Como a estrutura etária dos imigrantes é geralmente mais jovem do que a da população de acolhimento, concentrando-se sobretudo nas idades activas, a entrada de imigrantes pode atenuar o envelhecimento. Contudo, é conhecido, que o efeito sobre a composição de idades da população é mais modesto do que a baixa da fecundidade, pois os imigrantes tendem a adoptar os padrões de fecundidade e mortalidade das sociedades de acolhimento, e eles próprios envelhecem. O impacto da fecundidade dos imigrantes na população depende do volume e da estrutura de idades

As projecções disponíveis no INE apontam para a diminuição da população e para a progressão do fenómeno do envelhecimento, mesmo na hipótese de os níveis de fecundidade aumentarem e de os saldos migratórios continuarem positivos. O envelhecimento demográfico surge, assim, como um fenómeno irreversível.

O envelhecimento demográfico e a imigração mantêm-se como os grandes desafios e oportunidades que a sociedade portuguesa enfrenta e para os quais tem de encontrar respostas de modo a garantir uma sociedade inclusiva para todos.

Referências Bibliográficas

- CARRILHO, Maria José e PATRÍCIO, Lurdes (2007) “A Situação Demográfica Recente em Portugal”, Revista Estudos Demográficos n.º 42, pp 109-147, INE, Lisboa
- CARRILHO, Maria José e PATRÍCIO, Lurdes (2006) “A Situação Demográfica Recente em Portugal”, Revista Estudos Demográficos n.º 40, pp 39-76, INE, Lisboa.
- CARRILHO, Maria José e PATRÍCIO, Lurdes (2005) “A Situação Demográfica Recente em Portugal”, Revista Estudos Demográficos n.º 38, pp 111-140, INE, Lisboa
- CARRILHO, Maria José e PATRÍCIO, Lurdes (2004) “A Situação Demográfica Recente em Portugal”, Revista Estudos Demográficos n.º 36, pp 127-151, INE, Lisboa
- CARRILHO, Maria José e GONÇALVES, Cristina (2004) “Dinâmicas Territoriais do Envelhecimento”, Revista Estudos Demográficos n.º 36, pp 175 -191, INE, Lisboa.
- CARRILHO, Maria José e PATRÍCIO, Lurdes (2004) “Tábuas de Mortalidade em Portugal”, Revista Estudos Demográficos nº 36, INE, Lisboa.
- CARRILHO, Maria José (2002) “ Os Imigrantes no Processo de Envelhecimento em Portugal” A Europa, o Desafio Demográfico e o Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça, actas do Debate no Centro Cultural de Belém, Parlamento Europeu, Lisboa.
- CARRILHO, Maria José (1993) “O Processo de Envelhecimento em Portugal: Que Perspectivas...?”, Revista Estudos Demográficos nº 31, INE, Lisboa.
- CHESNAIS, Jean-Claude (s.d.), *La Démographie*, Que sais-je ? , Presses Universitaires de France, Paris.
- DECP/Serviço de Estudos sobre a População (2002) “O Envelhecimento em Portugal - Situação demográfica e socio-económica recente das pessoas idosas”, Revista Estudos Demográficos nº 32, INE, Lisboa.
- EUROSTAT, *Statistics in Focus – Population and Social Conditions*, 81/2008, Luxembourg.
- EUROSTAT, *Statistics in Focus – Population and Social Conditions*, 41/2007, Luxembourg.
- EUROSTAT, *Statistics in Focus – Population and Social Conditions*, 15/2005, Luxembourg
- INE (2008), *Estimativas Provisórias de População Residente, 2007, Portugal, NUTS II; NUTSIII e Municípios*, Instituto Nacional de Estatística – Departamento de Estatísticas Sociais, Lisboa
- INE (2003), *Estimativas Provisórias de População Residente, 2001-2002, Portugal, NUTS II; NUTSIII e Municípios*, Instituto Nacional de Estatística – Departamento de Estatísticas Censitárias da População, Lisboa.
- INE (2003), *Estimativas Definitivas de População Residente Intercensitárias, 1991-2000, Portugal, NUTS II; NUTS III e Municípios*, Instituto Nacional de Estatística – Departamento de Estatísticas Censitárias da População, Lisboa.
- INE (2003), *Revista de Estudos Demográficos n 33*, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.
- INE, *Estatísticas Demográficas*, Instituto Nacional de Estatística, Departamento de Estatísticas Censitárias e da População, Lisboa.

INE, *Recenseamentos Gerais da População 1991 e 2001*, Instituto Nacional de Estatística, Departamento de Estatísticas Censitárias e da População, Lisboa.

LECAILLON, Jean-Didier (1992), *Démographie Économique – Analyse des Ressources Humaines*, Éditions Litec, Paris.

NAZARETH, J. Manuel (1996), *Introdução à Demografia – Teoria e Prática*, Editorial Presença, Lisboa.

PRESSAT, Roland (1972), *Démographie Statistique*, Presses Universitaires de France, Paris.

SAUVY, Alfred (1984), *La Population*, Que sais-je ? , 14ª edição, Presses Universitaires de France, Paris.

Anexo 1

População residente em Portugal, 2002 e 2007, NUTS II (duas geografias)			
NUTS II - Decreto Lei nº46/89 *	População		Taxa média de crescimento anual (%)
	31 .XII. 2002	31 .XII. 2007	
Portugal	10 407 465	10 617 575	0,40
Continente	9 927 441	10 126 880	0,40
Norte	3 691 922	3 745 236	0,29
Centro	1 779 238	1 791 144	0,13
Lisboa e Vale do Tejo	3 534 076	3 652 435	0,66
Alentejo	523 835	511 679	-0,47
Algarve	398 370	426 386	1,36
Região Autónoma dos Açores	238 767	244 006	0,43
Região Autónoma da Madeira	241 257	246 689	0,45

NUTS II - Decreto Lei nº 244/2002	População		Taxa média de crescimento anual (%)
	31 .XII. 2002	31 .XII. 2007	
Portugal	10 407 465	10 617 575	0,40
Continente	9 927 441	10 126 880	0,40
Norte	3 691 922	3 745 236	0,29
Centro	2 354 552	2 385 911	0,26
Lisboa	2 714 614	2 808 414	0,68
Alentejo	767 983	760 933	-0,18
Algarve	398 370	426 386	1,36
Região Autónoma dos Açores	238 767	244 006	0,43
Região Autónoma da Madeira	241 257	246 689	0,45

*Estas NUTS incluem as seguintes alterações posteriores: a criação dos municípios de Vizela (15/09/1998), Odivelas e Trofa (14/12/1998) bem como a passagem da NUTS III Média Tejo para o Alto Alentejo (08/09/1999).

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas e Estimativas Provisórias da População em 2002 e 2007.

Anexo 2

Taxas de Natalidade e de Mortalidade (por mil habitantes), NUTS II, 2007		
NUTS II - Decreto Lei nº46/89 *	Taxa de Natalidade	Taxa de Mortalidade
Portugal	9,7	9,8
Continente	9,6	9,8
Norte	9,1	8,4
Centro	8,1	11,3
Lisboa e Vale do Tejo	10,8	9,5
Alentejo	7,8	14,2
Algarve	11,5	11,0
Região Autónoma dos Açores	11,7	9,2
Região Autónoma da Madeira	11,0	10,4

NUTS II - Decreto Lei nº 244/2002	Taxa de Natalidade	Taxa de Mortalidade
Portugal	9,7	9,8
Continente	9,6	9,8
Norte	9,1	8,4
Centro	8,4	11,3
Lisboa	11,3	9,0
Alentejo	8,2	13,4
Algarve	11,5	11,0
R. A. dos Açores	11,7	9,2
Região Autónoma da Madeira	11,0	10,4

*Estas NUTS incluem as seguintes alterações posteriores: a criação dos municípios de Vizela (15/09/1998), Odivelas e Trofa (14/12/1998) bem como a passagem da NUTS III Média Tejo para o Alto Alentejo (08/09/1999).

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas e Estimativas Provisórias da População, 2007 (cálculos das autoras).

Anexo 3

Taxas de fecundidade (por mil mulheres), NUTS II, 2007									
Idades	Nuts II, Decreto Lei nº46/89*								
	Portugal	Continente	Norte	Centro	Lisboa e Vale do Tejo	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
15-19	16,93	16,22	14,11	12,24	19,19	20,54	25,44	32,77	23,40
20-24	44,09	43,65	39,97	34,30	50,47	42,00	68,61	59,84	42,55
25-29	76,12	75,79	72,35	68,42	81,39	70,92	97,76	87,73	76,48
30-34	82,75	82,95	74,56	77,50	93,21	74,60	97,37	78,54	79,41
35-39	39,37	39,50	34,30	34,41	47,24	33,26	47,87	33,26	39,77
40-44	7,41	7,37	5,95	6,50	9,31	5,95	9,68	6,02	10,13
45-49	0,32	0,33	0,32	0,27	0,41	0,06	0,27	0,00	0,33
15-49	39,36	39,20	35,29	34,41	45,11	35,68	50,03	44,54	40,30
Fecundidade Total	1,33	1,33	1,21	1,17	1,51	1,24	1,74	1,49	1,36

Taxas de fecundidade (por mil mulheres), NUTS II, 2007									
Idades	NUTS II, Decreto Lei nº 244/2002								
	Portugal	Continente	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
15-19	16,93	16,22	14,11	12,48	20,88	18,81	25,44	32,77	23,40
20-24	44,09	43,65	39,97	35,98	53,40	42,12	68,61	59,84	42,55
25-29	76,12	75,79	72,35	70,26	82,68	73,87	97,76	87,73	76,48
30-34	82,75	82,95	74,56	79,19	95,48	78,84	97,37	78,54	79,41
35-39	39,37	39,50	34,30	35,07	50,14	34,54	47,87	33,26	39,77
40-44	7,41	7,37	5,95	6,62	10,11	5,86	9,68	6,02	10,13
45-49	0,32	0,33	0,32	0,27	0,44	0,12	0,27	0,00	0,33
15-49	39,36	39,20	35,29	35,37	46,99	37,09	50,03	44,54	40,30
Fecundidade Total	1,33	1,33	1,21	1,20	1,57	1,27	1,74	1,49	1,36

*Estas NUTS incluem as seguintes alterações posteriores: a criação dos municípios de Vizela (15/09/1998), Odivelas e Trofa (14/12/1998) bem como a passagem da NUTS III Média Tejo para o Alto Alentejo (08/09/1999).

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas e Estimativas Provisórias da População, 2007 (cálculos das autoras).

Anexo 4

Idade Média ao Casamento (anos), NUTS II, 2007				
Nuts II, Decreto Lei nº46/89*	Indicadores			
	Idade Média ao Casamento		Idade Média ao 1º Casamento	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Portugal	32,2	29,7	29,4	27,8
Continente	32,3	29,9	29,5	27,9
Norte	30,7	28,4	28,5	27,0
Centro	31,6	29,2	29,2	27,6
Lisboa e Vale do Tejo	34,1	31,6	30,6	29,1
Alentejo	33,3	30,7	30,6	28,9
Algarve	35,4	32,1	31,1	29,0
Região Autónoma dos Açores	29,6	26,6	27,0	25,0
Região Autónoma da Madeira	31,3	28,5	29,1	27,2

NUTS II, Decreto Lei nº 244/2002	Indicadores			
	Idade Média ao Casamento		Idade Média ao 1º Casamento	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Portugal	32,2	29,7	29,4	27,8
Continente	32,3	29,9	29,5	27,9
Norte	30,7	28,4	28,5	27,0
Centro	31,9	29,4	29,3	27,7
Lisboa	34,6	32,1	30,9	29,5
Alentejo	33,2	30,6	30,4	28,7
Algarve	35,4	32,1	31,1	29,0
Região Autónoma dos Açores	29,6	26,6	27,0	25,0
Região Autónoma da Madeira	31,3	28,5	29,1	27,2

*Estas NUTS incluem as seguintes alterações posteriores: a criação dos municípios de Vizela (15/09/1998), Odivelas e Trofa (14/12/1998) bem como a passagem da NUTS III Média Tejo para o Alto Alentejo (08/09/1999).

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas e Estimativas Provisórias da População em 2001 e 2006.

Anexo 5

Idade Média à Maternidade (anos), NUTS II, 2007		
Nuts II, Decreto Lei nº46/89*	Indicadores	
	Nascimento do 1º Filho	Nascimento de um Filho
Portugal	28,2	30,0
Continente	28,3	30,1
Norte	28,0	29,9
Centro	28,4	30,2
Lisboa e Vale do Tejo	28,7	30,3
Alentejo	27,6	29,4
Algarve	27,7	29,6
Região Autónoma dos Açores	25,9	28,1
Região Autónoma da Madeira	27,9	29,7

NUTS II, Decreto Lei nº 244/2002	Indicadores	
	Nascimento do 1º Filho	Nascimento de um Filho
Portugal	28,2	30,0
Continente	28,3	30,1
Norte	28,0	29,9
Centro	28,0	30,2
Lisboa	28,8	30,4
Alentejo	27,9	29,6
Algarve	27,7	29,6
Região Autónoma dos Açores	25,9	28,1
Região Autónoma da Madeira	27,9	29,7

*Estas NUTS incluem as seguintes alterações posteriores: a criação dos municípios de Vizela (15/09/1998), Odivelas e Trofa (14/12/1998) bem como a passagem da NUTS III Média Tejo para o Alto Alentejo (08/09/1999).

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas e Estimativas Provisórias da População em 2007.

Anexo 6

Taxas de Nupcialidade e de Divorcialidade (por mil habitantes), NUTS II, 2007		
NUTS II - Decreto Lei nº46/89 *	Taxa de Nupcialidade	Taxa de Divorcialidade
Portugal	4,4	2,4
Continente	4,3	—
Norte	4,8	—
Centro	4,2	—
Lisboa e Vale do Tejo	4,1	—
Alentejo	3,6	—
Algarve	3,9	—
Região Autónoma dos Açores	5,4	—
Região Autónoma da Madeira	5,0	—

NUTS II - Decreto Lei nº 244/2002	Taxa de Nupcialidade	Taxa de Divorcialidade
Portugal	4,4	2,4
Continente	4,3	—
Norte	4,8	—
Centro	4,2	—
Lisboa	4,1	—
Alentejo	3,6	—
Algarve	3,9	—
Região Autónoma dos Açores	5,4	—
Região Autónoma da Madeira	5,0	—

*Estas NUTS incluem as seguintes alterações posteriores: a criação dos municípios de Vizela (15/09/1998), Odivelas e Trofa (14/12/1998) bem como a passagem da NUTS III Média Tejo para o Alto Alentejo (08/09/1999).

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas e Estimativas Provisórias da População, 2007 (cálculos das autoras).

Anexo 7

Esperança de vida da população residente (anos), por grupos etários, NUTS II, 2006-2007

Idades	NUTS II - Decreto Lei nº46/89 *																		
	Portugal		Continente		Norte		Centro		Lisboa Vale do Tejo		Alentejo		Algarve		R.A. Açores		R.A. Madeira		
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	
0	75,7	82,2	75,9	82,4	76,1	82,4	76,5	82,6	75,7	82,3	75,5	81,7	75,0	81,7	72,4	79,3	69,8	78,9	
1	75,0	81,5	75,2	81,6	75,3	81,7	75,7	81,9	75,0	81,6	74,8	81,0	74,4	81,1	71,7	78,5	69,1	78,2	
5	71,1	77,5	71,3	77,7	71,4	77,8	71,8	77,9	71,0	77,6	70,8	77,1	70,5	77,2	67,9	74,6	65,2	74,4	
10	66,1	72,6	66,3	72,7	66,5	72,8	66,8	73,0	66,1	72,6	65,9	72,1	65,5	72,2	62,9	69,7	60,3	69,5	
15	61,2	67,6	61,4	67,8	61,5	67,9	61,9	68,0	61,1	67,7	60,9	67,2	60,5	67,3	58,0	64,7	55,4	64,6	
20	56,3	62,7	56,5	62,8	56,7	62,9	57,0	63,1	56,3	62,8	56,0	62,3	55,8	62,3	53,1	59,8	50,6	59,6	
25	51,6	57,8	51,8	57,9	51,9	58,0	52,3	58,2	51,5	57,9	51,2	57,4	51,1	57,5	48,4	54,9	45,9	54,7	
30	46,8	52,9	47,0	53,0	47,0	53,1	47,5	53,3	46,8	52,9	46,5	52,5	46,4	52,6	43,7	50,1	41,2	49,8	
35	42,1	48,0	42,3	48,1	42,3	48,2	42,8	48,4	42,1	48,1	41,8	47,7	41,8	47,7	38,9	45,2	36,6	44,9	
40	37,5	43,2	37,7	43,3	37,7	43,3	38,1	43,6	37,5	43,3	37,2	42,8	37,3	43,0	34,4	40,4	32,2	40,1	
45	33,0	38,4	33,2	38,5	33,2	38,6	33,6	38,8	33,1	38,5	32,7	38,1	32,9	38,3	29,9	35,7	27,9	35,5	
50	28,7	33,7	28,9	33,8	28,9	33,8	29,2	34,1	28,7	33,8	28,4	33,4	28,7	33,6	25,7	31,1	24,1	30,9	
55	24,5	29,1	24,7	29,2	24,7	29,2	25,0	29,4	24,6	29,2	24,1	28,8	24,6	29,0	21,8	26,6	20,2	26,5	
60	20,5	24,6	20,6	24,7	20,6	24,7	20,9	24,9	20,6	24,7	20,2	24,2	20,7	24,7	18,1	22,2	16,5	22,0	
65	16,7	20,2	16,8	20,3	16,8	20,2	17,0	20,5	16,7	20,3	16,5	19,9	17,0	20,3	14,6	18,1	13,2	17,9	
70	13,1	16,0	13,2	16,1	13,2	16,0	13,3	16,2	13,1	16,1	13,1	15,8	13,4	16,0	11,2	14,0	10,3	13,9	
75	9,9	12,1	10,0	12,2	10,1	12,2	10,0	12,2	9,9	12,2	10,0	11,9	10,2	12,1	8,2	10,4	7,7	10,4	
80	7,3	8,7	7,3	8,8	7,5	8,8	7,3	8,7	7,3	8,8	7,5	8,6	7,3	8,6	5,9	7,3	5,8	7,6	
85 e +	5,3	6,0	5,3	6,1	5,6	6,1	5,2	6,0	5,2	6,1	5,6	6,1	5,1	5,7	4,0	5,1	5,0	5,2	

*Estas NUTS incluem as seguintes alterações posteriores: a criação dos municípios de Vizela (15/09/1998), Odivelas e Trofa (14/12/1998) bem como a passagem da NUTS III Média Tejo para o Alto Alentejo (08/09/1999).

Fonte: INE, Tábuas Abreviadas de Mortalidade (cálculos das autoras). Tábuas Abreviadas para 2006/2007 construídas pelas autoras com base na informação disponível no INE sobre óbitos e estimativas de população.

Anexo 8

Esperança de vida da população residente (anos), por grupos etários, NUTS II, 2006-2007																		
Idades	NUTS II - Decreto Lei nº 244/2002																	
	Portugal		Continente		Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		R.A. Açores		R.A. Madeira	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
0	75,7	82,2	75,9	82,4	76,1	82,4	76,3	82,6	75,7	82,4	75,4	81,9	75,0	81,7	72,4	79,3	69,8	78,9
1	75,0	81,5	75,2	81,6	75,3	81,7	75,5	81,8	75,0	81,6	74,7	81,1	74,4	81,1	71,7	78,5	69,1	78,2
5	71,1	77,5	71,3	77,7	71,4	77,8	71,6	77,8	71,0	77,7	70,8	77,2	70,5	77,2	67,9	74,6	65,2	74,4
10	66,1	72,6	66,3	72,7	66,5	72,8	66,7	72,9	66,1	72,7	65,8	72,2	65,5	72,2	62,9	69,7	60,3	69,5
15	61,2	67,6	61,4	67,8	61,5	67,9	61,7	67,9	61,2	67,7	60,9	67,3	60,5	67,3	58,0	64,7	55,4	64,6
20	56,3	62,7	56,5	62,8	56,7	62,9	56,9	63,0	56,3	62,8	56,0	62,4	55,8	62,3	53,1	59,8	50,6	59,6
25	51,6	57,8	51,8	57,9	51,9	58,0	52,1	58,1	51,6	57,9	51,2	57,5	51,1	57,5	48,4	54,9	45,9	54,7
30	46,8	52,9	47,0	53,0	47,0	53,1	47,3	53,2	46,8	53,0	46,6	52,6	46,4	52,6	43,7	50,1	41,2	49,8
35	42,1	48,0	42,3	48,1	42,3	48,2	42,6	48,3	42,1	48,1	41,8	47,7	41,8	47,7	38,9	45,2	36,6	44,9
40	37,5	43,2	37,7	43,3	37,7	43,3	38,0	43,5	37,6	43,3	37,3	42,9	37,3	43,0	34,4	40,4	32,2	40,1
45	33,0	38,4	33,2	38,5	33,2	38,6	33,4	38,7	33,1	38,6	32,7	38,2	32,9	38,3	29,9	35,7	27,9	35,5
50	28,7	33,7	28,9	33,8	28,9	33,8	29,1	34,0	28,8	33,9	28,4	33,5	28,7	33,6	25,7	31,1	24,1	30,9
55	24,5	29,1	24,7	29,2	24,7	29,2	24,9	29,3	24,7	29,3	24,2	28,8	24,6	29,0	21,8	26,6	20,2	26,5
60	20,5	24,6	20,6	24,7	20,6	24,7	20,8	24,8	20,6	24,8	20,3	24,2	20,7	24,7	18,1	22,2	16,5	22,0
65	16,7	20,2	16,8	20,3	16,8	20,2	16,9	20,4	16,7	20,4	16,5	19,9	17,0	20,3	14,6	18,1	13,2	17,9
70	13,1	16,0	13,2	16,1	13,2	16,0	13,2	16,1	13,2	16,2	13,1	15,7	13,4	16,0	11,2	14,0	10,3	13,9
75	9,9	12,1	10,0	12,2	10,1	12,2	10,0	12,2	10,0	12,3	10,0	11,9	10,2	12,1	8,2	10,4	7,7	10,4
80	7,3	8,7	7,3	8,8	7,5	8,8	7,2	8,7	7,3	8,9	7,4	8,6	7,3	8,6	5,9	7,3	5,8	7,6
85 e +	5,3	6,0	5,3	6,1	5,6	6,1	5,2	5,9	5,2	6,2	5,5	6,1	5,1	5,7	4,0	5,1	5,0	5,2

Fonte: INE, Tábuas Abreviadas de Mortalidade (cálculos das autoras). Tábuas Abreviadas para 2006/2007 construídas pelas autoras com base na informação disponível no INE sobre óbitos e estimativas de população.